

Portugal e Macau Que Chão Há?

David Filipe Loureiro Branco

**Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais**

Janeiro de 2019

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Manuel Filipe Canaveira

À minha Sasá

PORTUGAL E MACAU: QUE CHÃO HÁ?

DAVID FILIPE LOUREIRO BRANCO

RESUMO

Esta dissertação analisa a possibilidade de aproximar Macau às prioridades estratégicas portuguesas por razão da preservação da sua herança, da substância da ideologia sínica e da ascensão chinesa no Sistema Internacional. Macau, porque teve Portugal no contexto, é mais livre do que outras regiões da China por via da sua excepcionalidade administrativa e tem uma língua, embora residual, e uma cultura que são activamente valorizadas pelo Estado chinês. Tal é evidente pela criação do Fórum Macau logo em 2003 e ainda pela inclusão de directrizes para tal aproximação no XIII Plano Quinquenal (de 2016). A diplomacia aspirante universalista portuguesa – hoje, por força das circunstâncias, com um espírito mais delicado do que a sua visão tradicionalmente irreal – inclui, antes de o ser, também os países lusófonos, embora atrás da Europa e do Atlântico. Se a China pretende, na continuação de uma estratégia de reunificação nacional e de diálogo e acção internacional, usar Macau para a lusofonia, a lusofonia, com um argumento para se discutir, tem de o debater. Neste trabalho é examinada a história de Macau, o panorama actual da Região Administrativa Especial e as estratégias de Portugal e da China.

PALAVRAS-CHAVE: Macau, Portugal, China, Estratégia, Política Externa, Lusofonia, União Europeia (UE), Fórum Macau.

PORTUGAL AND MACAU: WHAT BASIS IS THERE?

DAVID FILIPE LOUREIRO BRANCO

ABSTRACT

This dissertation analyses the possibility of bringing Macau closer to the Portuguese strategic priorities by reason of its heritage preservation, the substance of the Chinese ideology, and the rise of China in the International System. Macau, because it had Portugal in the context, is freer than other regions in China by way of its administrative exceptionality and has a language, although residual, and a culture actively valued by the Chinese state. Such case is evident given the creation of the Forum Macao already in 2003 and the inclusion of guidelines for such rapprochement in the 13th Five-Year Plan (from 2016). The Portuguese aspiringly universalist diplomacy – today, by virtue of the circumstances, with a more delicate *geist* than its traditionally unreal vision – includes, before so it becomes, also the Portuguese speaking countries, although before Europe and the Atlantic. If China intends, in the continuity of a strategy of national reunification and international dialogue, to use Macau for the Portuguese speaking countries, the Portuguese speaking countries, with a reason to discuss themselves as a group, must debate it. In this work the history of Macau, the current panorama of the Special Administrative Region, and the Portuguese and Chinese strategies are examined.

KEYWORDS: Macau, Portugal, China, Strategy, Foreign Policy, Lusophony, European Union (EU), Forum Macao.

ÍNDICE

Capítulo I: Introdução	1
Capítulo II: Revisão da literatura	3
Capítulo III: O que foi Macau	6
III.1. Na Era dos Descobrimentos	8
III.2. Perto do fim do império colonial	13
Capítulo IV: O que é Macau	22
IV.1. Soberanamente	24
IV.2. Jogo	30
IV.3. Economia extra-espetáculo	34
IV.4. Tendências políticas	37
IV.2. Proximidade a Portugal	42
Capítulo V: Como entender Macau mais Portugal no Sistema Intenacional ..	48
V.1. União Europeia	49
V.2. China no mundo	57
V.3. Mundo lusófono	64
V.4. Fórum Macau.....	70
V.5. Valor estratégico de Macau	75
Capítulo VI: Conclusão	79
Bibliografia	81

LISTA DE ABREVIATURAS

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ELP – Exército de Libertação Popular

EUA – Estados Unidos da América

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Partido Comunista Chinês

PIB – Produto Interno Bruto

RAE – Região Administrativa Especial

RAEM – Região Administrativa Especial de Macau

RPC – República Popular da China

SI – Sistema Internacional

UE – União Europeia

I – INTRODUÇÃO

Se Fernão Mendes Pinto – ou Fernão Mentis Minto¹ – foi um Ulisses, o que é que podemos e devemos escrever sobre Macau? Que chão há - para afinamentos estratégicos, mesmo não podendo criticar um documento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pois este não existe? Portugal, nos séculos XV e XVI, teve a fortuna de transformar o Atlântico num grande oceano de comércio. Hoje pretende ter uma diplomacia universalista. Isto aliado à preservação da herança de Macau, à substância da ideologia sínica e à ascensão chinesa no Sistema Internacional é uma mais-valia por explorar.

A herança de Macau diz respeito à língua, à cultura e à sua excepcionalidade administrativa – incluindo as liberdades. Tendo o processo de transferência decorrido de forma edificativa, hoje a China olha para a RAEM como, além de especial, um exemplo para a sua estratégia de reunificação nacional e de diálogo internacional. Para todos os efeitos, Macau não teria as características que tem hoje se não tivesse havido Portugal no contexto. A China tem indicado a forma como pretende tratar a lusofonia num conjunto – pelo Fórum Macau logo em 2003 e pela inclusão de planos nesse sentido ainda no XIII Plano Quinquenal (2016-2020). Este trabalho pretende ser um humilde contributo no sentido de clarificar o que pode ser Macau quanto à política externa portuguesa.

O objectivo do estudo é compreender a possibilidade de aproximar Macau às prioridades estratégicas portuguesas. Assim, a investigação discorre sobre os seguintes alvos:

- 1) O passado comum, pois a História é uma relevante fonte de legitimação e normalização dos contactos² e é determinante para este plano uma

¹ Como pode injustamente ser apelidado.

² E, citando Teixeira de Pascoaes, «o futuro é a aurora do passado».

vez que a utilização da língua na RAEM não sendo exactamente incipiente tem dimensão enquanto tal.

- 2) O panorama actual da RAEM em que são avaliadas as características únicas de um território há quase vinte de cinquenta anos planeados sob administração em «Um País, Dois Sistemas» em parte à imagem do seu passado.
- 3) As estratégias de Portugal e da China numa fase de transição de equilíbrios no SI em que Portugal tem compreensivelmente a Europa e o Atlântico à frente da Lusofonia mas da qual Macau não faz ainda parte substancial e a China permanece misteriosa e distante.

Nesta ordem está organizada a dissertação, precedendo-lhe um capítulo de revisão da literatura e sucedendo-lhe um capítulo de conclusão.

II – REVISÃO DA LITERATURA

Como referido, não existe um documento público do Ministério dos Negócios Estrangeiros que trate a estratégia nacional de política externa, à imagem, por exemplo, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional³. Neste, a única menção de Macau é a seguinte:

«É importante para Portugal poder estabilizar e desenvolver as relações de parceria não só com a China, especialmente através da Região Administrativa Especial de Macau, o Japão e a Índia, mas também com a Coreia do Sul, com a Malásia, a Tailândia, o Sri Lanka e a Indonésia, onde a história criou uma relação própria entre Portugal e as nações da Ásia, o que não exclui os Estados da região cujo relacionamento com Portugal tem um enorme potencial, nomeadamente económico»⁴.

O que parece uma agregação injusta pelos motivos desenvolvidos nesta dissertação - embora por base própria idêntica, uma vez que é a base determinante de Portugal - e até uma desnecessidade visto que as relações últimas com a China têm tido pouco a ver com a RAEM e já muito sim com investimento na economia nacional que se enquadra numa lógica de acção mais abrangente.

Noutros termos existem diversas obras que tratam a história de Macau (Edmonds, 1993; Godinho, 2013; Henders, 2001; Moseley, 1959; Ramos, 2016), a realidade, principalmente quanto ao económico, actual de Macau (Chu, 2015; San, 2016; Sheng, 2017; Yin et al., 2018), a estratégia da China (Central Committee of the CPC, 2016; Ramo, 2004; Keane, 2017; Solomon, 1985) e a estratégia para a lusofonia (Bernardino, 2011; CPLP, 2015; Escorrega, 2016); todas úteis a esta investigação. De forma mais directa e debruçando-se progressivamente sobre o futuro, porém, a

³ Que é aprovado de dez em dez anos, o que pode ser um prazo facilmente ultrapassado pelas alterações na realidade internacional.

⁴ Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013. (2013). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.31.

literatura é mais escassa, também porque pode evidentemente pecar por estar datada.

Carmen Mendes (2014) defende, focando-se também no Fórum Macau e apontando-o como a institucionalização das relações bilaterais da China, que os países lusófonos não são homogéneos e, portanto, é expectável que a China desenvolva com os ditos relações deste tipo. Contudo, raras são as organizações em que os Estados-membros que as integram o são (primando antes por uma ou outra característica comum – que neste caso é a língua e a história) e a China tem a uma grande escala a defesa do multilateralismo, o que pode permitir uma evolução do Fórum Macau para outras características, pois ainda parece uma abstracção, até pela diversidade de perspectivas que os Estados que o integram lhe têm porque tem mesmo um carácter híbrido bilateral e multilateral. Carmen Mendes (ibid.) argumenta ainda que o apoio financeiro da China coloca entraves ao funcionamento do Fórum, o que é mais um fundamento para discutir a sua renovação.

Wai-mam Lam (2010) aponta para a nova identidade de Macau composta pelo local, nacional e internacional, o que é a reapropriação da imagem colonial propagada pela administração portuguesa a partir da década de oitenta, sendo tal incorporação e promoção deliberada por razões políticas e económicas. Isto revela a estratégia chinesa para Macau e a oportunidade para a lusofonia.

Francisco da Silva Leandro (2017) afirma que o papel da RAEM no contexto da relação especial com a lusofonia pode organizar-se nas vertentes do uso da língua, da organização de eventos colectivos, das publicações em língua portuguesa e da institucionalização de práticas. Defende ainda que a China dá através de Macau valor ao entendimento geopolítico da lusofonia.

Arnaldo Gonçalves (2007) argumenta que no novo milénio Portugal manteve uma relação sentimental, saudosa e economicamente pouco proficiente com a China numa fase de claro *phasing out* em que passou a projectar o seu espaço estratégico exclusivamente dentro das fronteiras europeias, mas a China deu um sinal claro logo em 2003 com a criação do Fórum Macau de projecção de imagem de Estado

cosmopolita, mercantil, tolerante e apoiante dos países em desenvolvimento. Está, portanto, oferecida a capacitação de um recurso.

Carmen Mendes (2013) sustenta que Portugal sentir-se-á naturalmente desconfortável com a liderança de Pequim de um fórum para o mundo lusófono, mas o bom relacionamento com as ex-colónias e a vontade chinesa pode traduzir-se na negociação de um papel mais relevante no Fórum Macau, construindo um instrumento diplomático por excelência. Aponta que a diplomacia portuguesa só beneficiaria se o intercâmbio com a China não se esgotasse nas relações entre Estados mas extravasasse para a sociedade civil em iniciativas devidamente enquadradas com a sua estratégia.

III – O QUE FOI MACAU

Em Macau sempre houve soberania limitada, da qual são exemplos a prevalência do imposto dualístico, os sistemas legais e sociais e o pagamento do «foro do chão» ao imperador chinês até meados do século XIX (Neves, 1998). Já no século XX era a Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, que não era, muitos menos é, uma autoridade com características portuguesas, mas sim uma empresa detida por Stanley Ho, nascido e criado em Hong Kong, que tratava dos assuntos regulatórios e de controlo na indústria do jogo, incluindo auditorias e o cálculo da receita para o governo (Eadington e Siu, 2007). Foi o primeiro entreposto e a última colónia, constantemente envolta em ambiguidade. Foi a única possessão ultramarina portuguesa que não deu origem a uma nova nação.

Quanto ao foro existem diferentes interpretações. As versões oficiais portuguesas sobre o dito só chegam dois séculos depois do estabelecimento permanente e autorizado em 1555⁵ – ano em que a corte Ming cede o território num tratado comercial. Ora, este tanto pode ser interpretado como um tributo ou como uma missão congratulatória. Ou como um suborno que os moradores pagavam com facilidade aos chineses. Certo é que se inicia em 1573 e termina em 1849, durante as Guerras do Ópio – claro, já dentro do chamado «século de humilhação» que começa com a primeira guerra. É a partir de então que Hong Kong, tornado britânico *de jure* com o tratado de Nanquim⁶, se eleva comparativamente. Os valores do foro anual andaram entre os trezentos e os mil taéis⁷ de prata (Pires, 1967).

Também Schmitt falava, numa nota, sobre as diferenças entre «reparações» e «tributos» na Alemanha do pós-Grande Guerra e das «pensões» ou «tributos» entre o

⁵ A data mais comumente apontada é 1557. Contudo, há uma carta portuguesa escrita de Macau a Goa em 1555 que o demonstra como equívoco.

⁶ Além de ceder Hong Kong abre ainda cinco portos ao comércio estrangeiro.

⁷ I.e. entre os 11.3 e os 37.8 quilogramas.

rei da Hungria e o sultão turco. Era a entrega de poder, a formulação de um pedido de autorização. Até às Guerras do Ópio, Macau não era Portugal.

Macau representava um porto numa longa série de cidadelas portuárias no perímetro do Oceano Índico que se estendia da costa oriental africana até Malaca e até ao sudoeste do domínio chinês. Além de *hub* comercial era também um centro administrativo para a expansão católica na Ásia (Dutton, 2017). A política portuguesa em Macau, até pela distância, requeria flexibilidade, coexistência pacífica, negociação e adaptação (Godinho, 2013).

Segundo Fernando Oliveira et al. (2005)

«De qualquer modo, a Esfera Armilar, signo primordial da Expansão lusa e da Globalização pressentida, rolou há 500 anos ao encontro da casa do Dragão. E o mundo nunca mais foi o mesmo. A sinologia moderna começa com os trabalhos académicos publicados pelos religiosos e laicos portugueses ou ao serviço da Coroa portuguesa. [...] A China, por seu lado, iniciou a consciencialização de que havia mais mundos para além do seu, quando foi confrontada com novos mapas físicos e ideológicos que os “padres-mandarinas”⁸ iam transmitindo»⁹.

Macau é a geolocalização destas ideias, o que agrada à China e tem de agradar a Portugal.

⁸ Ou seja, padres e funcionários da corte do Imperador.

⁹ Oliveira, F., D'Intino, R. e Saldanha, A. (2005). *Portugal encontra a China: Testemunhos e uma Convivência*. Macau: Fundação Oriente, p.36.

III – O QUE FOI MACAU

1. NA ERA DOS DESCOBRIMENTOS

De meados do século XVI a finais do século XIX, Macau, sendo a primeira feitoria europeia na China, foi o mais próspero porto de transbordo do Extremo Oriente. Foi um eixo do triângulo comercial China-Japão-Europa até à expulsão dos portugueses de Kyushu, no Japão, em 1639. E até 1685, quando o imperador chinês decide autorizar o comércio com outros países estrangeiros, Portugal detinha o monopólio legal do comércio com o Império do Meio¹⁰. Funcionou como centro de distribuição e cidade de marketing para o *hinterland* do sul da China (Moseley, 1959). Hoje pode servir como cidade de marketing para a lusofonia.

Em 1513, Jorge Álvares, escrivão da feitoria de Malaca, chega à China da dinastia Ming que cerca de cem anos antes tinha enviado o explorador Zheng He, com navios tecnologicamente mais avançados e maiores, a locais tão longínquos quanto Moçambique¹¹. Em 1522 foram fechados os portos ao comércio com o exterior e expulsos os portugueses, mas Portugal forçou o contacto. Em 1535, os comerciantes portugueses obtiveram o direito de ancorar os navios e comercializar, mas não o direito de permanecer em terra que só se efectiva em 1555. Desde logo pagavam-se somas às autoridades provinciais e de distritos vizinhos de Guangdong¹² que faziam a sua própria lei dada a distância do imperador. Um destes valores era pago ao Comandante da Defesa Marítima (Pires, 1967). Mais tarde os pagamentos passam a ser dirigidos com carácter legal ao imperador. Em 1554, é assinado o primeiro acordo luso-chinês, negociado por Leonel de Sousa, capitão-mor da viagem do Japão, que legaliza o comércio mediante o pagamento de impostos. Antes desta consonância havia comércio clandestino, com os portugueses a serem apelidados de «folangji»,

¹⁰ Que com este nome se coloca e quer ser reconhecida como estando no centro do Mundo.

¹¹ Mas daí em diante ensimesmou-se.

¹² Ou Cantão.

termo derivado do persa¹³ – usado para se referirem aos europeus e adoptado pelos chineses.

Em 1548, sobre uma frota aprisionada de Diogo Pereira, num incidente conhecido como o «episódio dos dois juncos¹⁴», um Comissário Imperial considera que os portugueses não eram culpados dos crimes que lhes eram imputados e manda executar os que os prenderam, o que resulta no suicídio do Vice-Rei Zhu Huan, intransigente no cumprimento das proibições (Ramos, 1990). Assim, a partir de meados do século XVI, segundo João de Deus Ramos (1990):

«Foram crescendo estes contactos à margem das directivas oficiais, cada vez mais esquecidas. Os portugueses, apelidados de piratas e a eles não poucas vezes associados, iam alimentando um crescente comércio ilícito que tinha o apoio nas classes que dele beneficiavam. Através destas iam conseguindo a tolerância, quando não a conivência, das próprias autoridades locais»¹⁵.

Desta forma se explica o aparecimento de Macau: um mútuo interesse mercantil entre portugueses e chineses.

Em 1561, a população era de quinhentas pessoas; em 1621, era de vinte cinco mil; e em 1640, de quarenta mil – sendo seis mil portuguesas e cinco mil demais ocidentais (Tang e Sheng, 2009). O Papa Gregório XIII estabelece a Diocese de Macau em 1576. Vários padres estiveram entre os primeiros colonos, estabelecendo pequenas igrejas. O nome oficial então ainda não era «Cidade do Nome de Deus de Macau», mas passou a sê-lo a partir de 1583. O padre vietnamita Binh, que viveu o virar do século XIX, observou:

«The king of Portugal established the city of Macao in the land of the Great Ming, not only for all of those who came to carry out commerce, but also with the intention that it [be used] by all of the priests coming to spread the Gospel, for this city

¹³ Originalmente *farangī* que por sua vez se refere à tribo dos francos.

¹⁴ Embarcação à vela tradicional chinesa

¹⁵ Ramos, J. (1990). Relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau. Nação e Defesa, 53, p. 164.

would assist them. Thus boats from Macao regularly transported priests of the Jesuit order to Japan, to China, to Annam, to Siam, and to India»¹⁶.

Em 1583, os portugueses têm a permissão de formar um senado, actuando sob supervisão das autoridades chinesas. Desde o início do estabelecimento português, Macau esteve sob um sistema de jurisdição mista com governação lusa por via do Senado e com a imposição da supracitada renda e regras comerciais e sobre condições de vida pelas autoridades chinesas, com as quais o Senado tendia a comprometer-se (Godinho, 2013). Em 1594, abre, fundado por jesuítas, a primeira universidade – o Colégio de São Paulo, hoje conhecido pela fachada remanescente da igreja do complexo do colégio, a única estrutura, além da escadaria, que sobreviveu a um incêndio que deflagrou em 1835.

Em 1603, a nau Santa Catarina foi capturada na Singapura. Sobre a dita, Hugo Grócio escreveu o seguinte para a Companhia das Índias Orientais, desculpando, apresentado um *casus belli*, este acto de pirataria holandês:

«Mischief of the Portuguese and their henchmen - unreliable and violent people who did not shrink from openly attacking the Dutch with force of arms - only then did the Dutch at long last fit themselves out to take revenge»¹⁷.

Os reis ingleses e franceses pediram prendas do saque e para ajudar Grócio nesta tarefa foi-lhe dado um «livro sobre os procedimentos cruéis, traidores e hostis dos portugueses nas Índias»¹⁸. Este acto terá provado aos chineses que o retrato português de que os neerlandeses eram piratas estava certo (Blussé, 1988). Desta forma Portugal assegura um estatuto diferenciado que a tudo mais importa quando o pensamento chinês é de base confucionista.

¹⁶ Dutton, G. (2017). *Journeys*. University of California Press, p.69.

¹⁷ Blussé, L. (1988). *Brief Encounter at Macao*. *Modern Asian Studies*, 22(03), p.647.

¹⁸ *ibid.*, p.647.

Durante o século XVII foram repetidos os esforços – falhados ao contrário de em Malaca, Ceilão, Cochim, etc. – neerlandeses para conquistar o território. Mais notavelmente em Junho de 1622, numa batalha que durou três dias; o dia 24 de Junho era por isso inclusive feriado até à transferência da soberania. Sobre essa batalha, Jan Coen, enviado pelos Países Baixos para estabelecer uma base na costa chinesa, escreve:

«The slaves of the Portuguese at Macao served them so well and faithfully, that it was they who defeated and drove away our people»¹⁹.

Já Mouzinho da Silveira apontava que os portugueses não entendiam que o Reino viveu, uma vez perdido o Brasil, por mais de trezentos anos do trabalho dos escravos e que após essa prática era necessário criar valores pelo trabalho próprio.

Em 1623, surge a figura do governador, mas apenas com funções militares. No século XIX, como veremos, isto altera-se – passando o dito a ser a autoridade civil suprema.

Macau perde valor aquando do fechamento comercial japonês em 1639 durante o regime de Tokugawa e da perda de Malaca para os Países Baixos em 1641, tal como mais tarde perde ainda mais com a conquista, primeiro por invasão e depois por tratado escrupulosamente respeitado – uma concessão de noventa e nove anos –, de Hong Kong pelos britânicos.

Se Portugal tem uma cultura, a China outra e Macau é um local, a mediação intercultural já era uma tese válida, por exemplo, no contributo de Tomás Pereira, jesuíta – ordem historicamente importante na região onde a Companhia iniciou a sinologia, acomodou o cristianismo ao confucionismo (com controvérsia) e teve membros encarregues, entre outras coisas, de reconstruir e equipar o Observatório Astronómico de Pequim e ocupando diversos lugares de relevo na hierarquia científica

¹⁹ Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (1968). *Studia*, Issue 23. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. p. 89

da corte –, à gestão da paz entre os chineses e os russos no Tratado de Nerchinsk de 1689, que é o primeiro tratado entre os dois povos, desenhando a fronteira na Manchúria e em territórios russos da zona.

III – O QUE FOI MACAU

2. PERTO DO FIM DO IMPERIO COLONIAL

Tendo passado um ano em Macau, entre 1789 e 1790, Bocage escreveu:

«Um governo sem mando, um bispo tal;/De freiras virtuosas um covil,/Três conventos de frades, cinco mil/Nhons e chinas Cristãos, que obram mui mal;//Uma sé que hoje existe tal e qual;/Catorze prebendados sem ceitel,/Muita pobreza, muita mulher vil;/Cem portugueses, tudo num curral;//Seis fortes, cem soldados, um tambor;/Três freguesias cujo ornato é pau;/Um Vigário-Geral, sem promotor;//Dois colégios, e um deles muito mau;/Um senado que a tudo é superior;/É quanto Portugal tem em Macau».

Somente num ano, e pesem embora as características do autor, era perceptível a apenas semi-portugalidade do território mesmo tantos anos volvidos da instalação original e durante o tempo de prosperidade. Embora considerando que por «governo sem mando» se deva considerar a existência então de não mais que um governo interino. No mesmo período de *fin de siècle* XVIII, o padre Bỉnh encontrou em Macau uma cidade portuária inflectida pela Europa profundamente imbuída de catolicismo, embora dos jesuítas apenas restassem vestígios, contrariamente ao que lhe tinham indicado aquando da partida (Dutton, 2017). Afinal, no período pombalino a ordem é extinta por decreto.

De 1822 a 1838, tencionou-se, no Império português, uniformizar totalmente o tipo de administração. Todas as leis seriam aplicadas da mesma forma em todas as colónias. É com a Constituição de 1822 que se inaugura a consideração de todo o ultramar português como parte integrante do território e aí mesmo há uma diferenciação quanto a Macau, sendo denominado «estabelecimento». Com a Constituição de 1838 a lógica volta a mudar, prezando-se mais os problemas e tradições locais (Godinho, 2013). O que se passava no interior – a guerra civil – reflectia-se no além-interior. Mudando-se a prioridade teórica, certo é que Macau

permaneceu sempre distante da metrópole, embora o plano fosse de centralização. O império toma a forma metropolitana quando se torna objecto de desejo intereuropeu.

Em 1834, o governador passa a ser a autoridade civil suprema – em Macau e em todas as colónias. Deixa, portanto, de ser exclusivamente comandante militar²⁰. Um dos esforços de uniformização. Assim sendo, o Senado perde o poder. O governador era designado pelo Rei e, mais tarde, naturalmente, pelo Presidente da República. Com estes desígnios se manteve o resto do tempo, sendo-lhe, inclusive, o actual cargo de Chefe do Executivo semelhante²¹.

Em 1841, os britânicos estabelecem-se em Hong Kong – após a derrota da China na primeira Guerra do Ópio. Assim diminui a necessidade de uma presença militar em Macau. Esta tinha dependido e muito de escravos africanos, tal como vimos no caso da Batalha de Macau em 1622. Também no comércio se sente a influência de Hong Kong: competindo ferozmente e minorizando Macau que, conjuntamente com Guangzhou, deixa de ser o principal local comercial no sul da China que fora durante três séculos. O primeiro tratado entre os EUA e a China, de 1844, foi assinado em Macau – demonstração de ponte entre Oriente e Ocidente quando Hong Kong, sendo britânico, não era apropriado. Também já em 1844, com um decreto real de D. Maria II, Macau é integrado na estrutura administrativa ultramarina portuguesa com a criação de uma província com Timor e Solor²² que foram sendo sucessivamente anexados e desanexados da dita. A política ultramarina começava a inclinar-se mais para África depois da independência do Brasil e assim havia menos possibilidade de preocupações com a Ásia. Inicia-se o plano de conquista da soberania de Macau, faltando o reconhecimento pelo império chinês.

No período do governador Ferreira do Amaral, de 1846 a 1849, termina-se a jurisdição mista, cessa-se o pagamento de renda, fecham-se as alfândegas chinesa e portuguesa, declara-se a cidade como um porto franco, ocupam-se as ilhas de Coloane

²⁰ Era mesmo apelidado de «Peng-t'au» ou «cabeça de Tropa».

²¹ A sua residência oficial é também a mesma – o Palácio do Governador construído em 1849.

²² Ilha da Indonésia.

e Taipa, criam-se novos impostos e legaliza-se o jogo – o *pacapio* em 1847 e o *fantan* em 1849 (Godinho, 2013). É a grande figura portuguesa da história da administração em Macau dada a inovadora hostilidade à China. É o início de uma política integralmente colonialista num momento de fragilidade sínica e do desenvolvimento de Hong Kong que eclipsaria Macau. Em 1849, Ferreira do Amaral é assassinado por um grupo de chineses, o que despoleta a Batalha do Passaleão – um dia de confrontos do qual resultam quinze mortos. No ano da sua nomeação dá-se a Revolta dos Fatiões contra novos impostos sobre barcos ligeiros chineses²³. Com a sua nova administração e para fazer face aos desafios económicos, Macau reinventou completamente o seu estilo de vida (ibidem).

Ferreira do Amaral teve uma estátua inaugurada em Macau em 1940, removida em 1992 e instalada em 1999 em Lisboa. Vista a história do lado chinês, compreende-se.

Em 1873, o tráfico de trabalhadores braçais oriundos da Ásia foi finalmente suprimido por Lisboa, o que teve um efeito devastador na economia de Macau, enquanto o comércio de ópio e o jogo continuaram a prosperar (Moseley, 1959). A reputação da RAEM não é, de todo, novidade e é também por isso que persiste, pois dentro da substância da ideologia sínica, aqui traduzida na estratégia, a tradição no sentido de harmonia prospera. O plano de desenvolvimento massivo dos casinos em Macau deve ser entendido neste sentido e o que está nos planos quinquenais também.

Em 1887, Portugal e a China assinam o Tratado de Amizade e Comércio entre a China e Portugal, estipulando o direito de ocupação e governação perpétua. Um dos «tratados desiguais» (tal como é denominado desde o Governo Nacionalista da República da China que assim pretendia a sua revisão) dentro do «século da humilhação» que as Guerras do Ópio desencadeiam. Contudo, ainda aí se prevê que Portugal nunca poderia ceder Macau a um Estado terceiro sem o consentimento chinês, o que continua a qualificar a soberania portuguesa sob o território. Mas assim

²³ I.e. fattiões.

Macau passa a ser uma não-disputada colónia portuguesa, mesmo com indefinição de fronteiras. Portugal promete ainda a cooperação na cobrança dos direitos do ópio.

Enquanto porto neutral no sul da China, Macau desfrutou de um curto novo período de prosperidade durante a II Guerra Mundial, com a ocupação japonesa de Guangzhou e Hong Kong. De 1943 a 1945, Macau foi forçado a acolher conselheiros japoneses no seu executivo, estabelecendo um protectorado virtual. Contudo, a neutralidade foi aqui respeitada quando não o foi, por exemplo, em Timor-Leste.

Com a tomada de poder de Mao Tsé-Tung em 1949, as relações entre Portugal e a China passam a estar cortadas até à Revolução dos Cravos.

Em 1952, deu-se o Incidente das Portas do Cerco, na fronteira terrestre com a China continental, havendo descontentamento sobre novos controlos quanto à circulação de mercadorias impostos pelo Governo macaense. A única vítima mortal foi portuguesa. Em 1955, nas celebrações do quarto centenário do estabelecimento dos portugueses em Macau, planeiam-se celebrações e o erigir de um monumento. As celebrações são canceladas com a alegação de falta de fundos e o monumento já meio levantado é arrasado. A aversão que seria provocada ao povo chinês falou prudentemente mais alto.

No Motim 1-2-3, em 1966, leram-se excertos do Livro Vermelho (Goodman e Goodman, 2012). É a Revolução Cultural a surtir os seus efeitos e a colocar em evidência a soberania partilhada mais do que absoluto sucesso colonial. Foram momentos de uma crise de legitimidade de governação, pois o mandato não advinha do povo. Após o incidente, Macau esteve durante dois anos sem um real governo – sem decretos lançados e rara actuação policial –, com a ordem social a ser mantida por organizações como a Câmara de Comércio Chinesa (Yee e Lo, 1991). As acções do Kuomintang foram a partir de então banidas.

Segundo Moseley (1959):

«Galling as this situation is to many of Lisbon's civil servants, they are acutely aware of what, in view of the Communists' power, is or is not possible. Cooperation between the new China and ancient Macao is a policy laid down by the Chinese and accepted by the Portuguese»²⁴.

Em 1967, em dois meses de tensão, a comunidade chinesa em Macau adoptou a Política dos Três Nãos – não pagar impostos, não prestar serviços ao Governo, não vender produtos aos portugueses (Cardoso, 2012). Para o acordo, Portugal renuncia à ocupação perpétua e reconhece Macau como território chinês. Depois destes acontecimentos e passado o *annus horribilis* de Salazar em 1961 – com a invasão de Goa (que era a capital do império português nas Índias) e o início da Guerra Colonial em África – o estadista mostra-se avesso ao risco, ou realista (o que não caracteriza nem a imagem que os portugueses têm de si mesmos nem a guerra colonial), e nesse sentido faz uma oferta secreta de Macau à China, propondo uma transferência directa. O Império do Meio recusa. Na altura, além do sentido de continuidade da história chinesa, a China ainda não tinha uma estratégia global que permitisse a recuperação também de Hong Kong e Taiwan e Macau funcionava como uma porta para o Ocidente.

1974 em Macau inaugura a primeira ponte para Taipa e Coloane – duas das ilhas que constituem a RAEM que não estavam desenvolvidas até aos anos setenta, hoje unificadas artificialmente pela área que se denomina Cotai por via de aterros (e desde 1969 unificadas pela Estrada do Istmo). Estas áreas só se tornam parte de Macau no século XIX, o século dos tratados de mau nome. Em 1976, começa-se a resolver a questão de Macau, reconhecendo que era território chinês sob administração portuguesa. Assim é com a redefinição do território português na Constituição por via do artigo 5.º que exclui o território de Macau. A partir de aí Portugal esteve essencialmente à espera da altura de devolver Macau à China.

²⁴ Moseley, G. (1959). New China and Old Macao. *Pacific Affairs*, 32(3), p.268.

A primeira embaixada em Pequim desde a fundação da República Popular da China abre em 1979, estabelecendo assim as relações diplomáticas. Portugal tinha cessado as relações diplomáticas com a Formosa em 1975, a visita de Nixon à China, devido às tensões sino-soviéticas, é em 1972 e o reconhecimento formal estadunidense da RPC também é em 1979. No mesmo ano há outro acordo que declara que Macau passa a ser território chinês sob administração portuguesa. A colónia estava tão longe que o seu sistema jurídico e judiciário – o pilar mais básico de uma administração –, datado dos anos 50 e 60 do século XX, era uma extensão do vigente na metrópole, não se cuidando saber o seu grau de exequibilidade (Ganhão, 2004).

A China voltou a não querer Macau imediatamente de volta porque havia conveniências económicas e políticas em mantê-lo português (Edmonds, 1993). Em 1976, são aprovados novos estatutos que dão maior autonomia política à região, desde logo com a criação de uma Assembleia Legislativa. Sobre a dita, até 1999 já sete dos vinte e três deputados eram apontados pelo governador (o próprio também não eleito directamente) – ou seja por governação portuguesa – e oito pelas organizações cívicas e empresas (que eram pró-Pequim). E tendo antes um consenso à porta fechada (Edmonds, 1993). O modelo mantém-se. O governador que originalmente²⁵ tinha funções exclusivamente militares continuava regularmente a ser um militar. Desde 1974 – Garcia Leandro, Melo Egídio, Almeida e Costa e Rocha Vieira foram todos militares²⁶. O sufrágio universal só surge em 1984.

Em 1979, no Comunicado Conjunto que demonstra o restabelecimento de relações diplomáticas escreve-se que Macau será transferido para a China «*when time is ripe, by the governments of the two countries through a negotiation process*» (Mendes, 2014).

Em 1986, começam as negociações com a China para discutir a transferência de poderes. Segundo João de Deus Ramos, antigo embaixador de Portugal em Pequim e negociador da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, Portugal perdera o hábito de

²⁵ Como já vimos: a partir do século XVI.

²⁶ Ou seja, quatro em seis desde a dita data.

contactar com as autoridades da China (Reis, 2017). Portugal negocia com a ameaça de se retirar unilateralmente – o que destabilizaria, naturalmente, Macau e até Hong Kong –, assim ganhando margem de negociação (Edmonds, 1993). A China tinha de demonstrar ao mundo, mesmo que não quisesse, que respeitava os interesses portugueses, apesar da assimetria de forças, promovendo a imagem de uma potência responsável e benigna. Os termos entre o Reino Unido e a China ficam acertados em 1984, marcando a transferência para 1997. Esta data significa o cumprimento da concessão por noventa e nove anos dos Novos Territórios – sector de Hong Kong onde habita, hoje, cerca de metade da população da RAE. Em 1997, Hong Kong representava aproximadamente 18% do PIB continental. Hoje representa menos de 3%. A transição tinha um enorme peso.

Em 1987, com a Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China Sobre a Questão de Macau, surge a decisão de que o território voltaria para a administração sínica em Dezembro de 1999. É com a dita que Pequim garante que Macau operará com um elevado grau de autonomia pelo menos até 2049. A mesma é a base para o documento que virá a ter força constitucional na ordem interna da RAEM – a Lei Básica – pós-transferência.

Em 1989, após o protesto de Tiananmen, um quinto da população macaense saiu à rua: cem mil pessoas. Em 1990, os estatutos voltam a ser modificados, atribuindo ainda mais autonomia no legislativo, judicial e financeiro. Também em 1990, Taiwan abriu um escritório de comércio, o que causou diferendos políticos com a RPC (Edmonds, 1993). Em 1991, Macau entrou no GATT – o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio que depois se transformou na Organização Mundial do Comércio; a China só entra no dito dez anos volvidos. Em 1991, foi inaugurado o porto de águas profundas e em 1995 está construído o aeroporto internacional. Ambas estas obras ajudaram a diminuir a dependência de Hong Kong.

Quanto à forma de exploração, e virando as odes do tempo, pois Portugal ascendeu para o Mundo e depois passou a ser periférico na própria Europa:

«It was clear that the colonial government had little interest in regulating the gaming industry other than collecting taxes»²⁷.

Os casinos proliferaram ainda nos anos 90. O governo colonial foi marcado por burocracia, falta de transparência e ineficiência na gestão (Sheng, 2016). Nessa mesma década, Portugal traz para o seu rectângulo europeu funcionários públicos macaenses e chineses para que a transição fosse mais amena. É parte do processo de localização composto por três tipos – o de localização do direito, o de localização da função pública e o de localização do chinês como língua oficial (San, 2016). Programou-se que os funcionários públicos em posições de liderança consistiriam em cidadãos locais progressivamente – 50% em 1993, 70% em 1995, 80% em 1997 e a totalidade em 1999 (Yee e Lo, 1991).

De acordo com Edmonds (1993), a língua, a cozinha e os costumes desapareciam rapidamente. Por essa altura havia menos de dez mil macaenses – a mistura de antepassados portugueses e chineses e indo-asiáticos. Em 1991, 28% tinha a nacionalidade portuguesa, 1.8% falava a língua e 6.7% era católico. Não havia educação livre obrigatória. As escolas privadas ou eram geridas por corpos religiosos ou organizações de serviços sociais como a Chinese Education Association (pró-República Popular da China), aprendendo-se sobre Portugal, RPC, Taiwan e Hong Kong, pois daí vinham os livros (Tse, 2001).

A função pública macaense era caracterizada por uma hierarquia etnolinguística rígida, com os portugueses a ocupar as funções executivas e a gestão intermédia a ser reservada para a comunidade mestiça que falava português, excluindo assim os etnicamente chineses (que eram e, claro, continuam a ser a maioria da população) (San, 2016). Os administradores portugueses chegaram a Macau praticamente sem conhecimento da cultura local ou das tradições da população macaense (ibidem).

²⁷ Sheng, L. (2017). Explaining urban economic governance: The City of Macao. *Cities*, 61, p. 103.

Paradoxalmente, pois as melhores posições na administração pública eram ocupadas ou por portugueses ou por mestiços, os residentes chineses em Macau eram geralmente mais qualificados, mas a sua inabilidade quanto à língua portuguesa impedia-os de lá chegar (San, 2016). Em 1988, dos 11 499 funcionários públicos 11.3% eram expatriados portugueses, 73.6% tinha passaporte luso e 24.6% tinha nacionalidade chinesa (Yee e Lo, 1991). Isto quando 97% da população era etnicamente chinesa. Até 1984 somente cidadãos com nacionalidade portuguesa podiam ser nomeados para a administração pública.

Segundo Tse (2001), Macau foi:

«A Portuguese colony under Chinese patronage, together with an insulated bureaucracy and a passive political culture»²⁸.

Assim, Macau passa para o sistema de autonomia especial dentro da China pós-1999. Em 2049 poderá passar para outra coisa. Pelo menos até lá, a China definiu que lhe interessa interligar Macau ao mundo lusófono. Para as autoridades chinesas, Macau nunca deixou de ser parte da China, mas as suas características tornam-na mais diversa por natureza.

²⁸ Tse, K. (2001). Society and citizenship education in transition: the case of Macau. *International Journal of Educational Development*, 21(4), p.312.

IV – O QUE É MACAU

Aquando da transferência da RAEM, segundo Mário Murteira (1999), o acontecimento «parece não ter significado muito para o luso cidadão comum»²⁹ e assim, com a cerimónia, parecia ter-se «encerrado discretamente mais um capítulo da pós-história imperial»³⁰. Isto quando no mesmo ano existiram grandes movimentos emocionais de solidariedade e convocação de forças para uma actuação da comunidade internacional³¹ em Timor-Leste. O «labirinto da saudade» emergirá com a guerra.

Dualístico é o actual princípio constitucional «Um País, Dois Sistemas» – cujo estatuto está estipulado para cinquenta anos desde a transferência e que inclui a permanência da língua do ex-colonizador enquanto oficial. Isso, no caso de Macau, contudo, não significa que seja praticada além do jurídico, onde a matriz é lusa, pois não tem força nos negócios nem é suficientemente promovida. Para a aproximação entre a lusofonia e a China, tal deve ser alterado. Embora a promoção do mandarim também não se faça, ainda, o suficiente no Ocidente³².

Macau é, em boa medida, esta identidade por ora mal-aproveitada e que por reduzida expressão demográfica que o exemplifica, sendo uma minoria no seu próprio local de origem, pode esvanecer, embora seja claramente considerada uma mais-valia pelo regime. A identidade de Macau pós-1999 representa até a reapropriação da imagem colonial de Macau propagada pela administração portuguesa desde a década de 80 – o governo macaense encoraja a população a orgulhar-se do seu passado colonial (Lam, 2010), ao contrário do que seria típico. A RAEM surge como símbolo de integração trans-regional na estratégia de Pequim. Volta a ter uma dimensão multicontinental.

²⁹ Murteira, M. (1999). Macau: O Fim duma Época Portuguesa. Lisboa: Economia Global e Gestão, p. 7.

³⁰ Ibid.

³¹ Como na corrente humana de vinte quilómetros que ligava as embaixadas do P5.

³² O que para Macau em si mesmo não seria tão preocupante, pois na província de Guangdong fala-se cantonês.

Sabemos pouco sobre a China. Mesmo ao cabo de tantos séculos, os enigmas permanecem. Também Macau está envolto em brumas e memórias. Sabemos, porém, que a UE não tem uma política que funcione para as Regiões Administrativas Especiais que se distinga da que tem para a China. Isto quando a China inventou essa possibilidade, embora as suas políticas externas não sejam independentes. As potencialidades comparativas de Macau são a língua, a cultura e a sua excepcionalidade administrativa. Sendo argumentável que Portugal pode tentar ser relevante nas relações UE-China, parece mais claro que Portugal e Macau podem ser charneira nas relações China-Lusofonia.

IV – O QUE É MACAU

1. SOBERANAMENTE

Após a transferência de soberania de Macau para a China, o Conselho de Estado da China nomeou o líder administrativo de Macau, conhecido como Chefe do Executivo, após eleições em que duzentos³³ membros da Comissão Eleitoral, nomeados por organizações e associações que representam os interesses de diferentes sectores (a saber: o industrial, comercial e financeiro; o cultural, educacional e profissional; o do trabalho, serviços sociais e religião; e o dos representantes políticos), exercem o seu direito de voto e cuja decisão resultante segue para nomeação pelo Governo Popular Central da RPC.

A RAEM, dentro do princípio «Um País, Dois Sistemas», mantém-se constitucionalmente soberana quanto ao seu sistema legal, à sua força de segurança pública e à sua política alfandegária e de imigração. Não são independentes os assuntos de defesa e de política externa – responsabilidades assumidas pelo governo central chinês. A moeda, a pataca de Macau, tem uma taxa de câmbio fixa perante o dólar de Hong Kong. Mudanças ao sistema de governo podem ser sugeridas, mas responderão à capacidade de veto da RPC.

O sistema judicial é formalmente independente com o Supremo Tribunal afastado dos poderes tanto do governo local como do central da China continental. O texto com força constitucional é a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, promulgado pelo Congresso Nacional do Povo (da República Popular da China) ainda em 1993 e redigido por legisladores chineses que procuraram estabelecer nos limites da Constituição da China níveis de autonomia condizentes com o que estava escrito na Declaração Conjunta Sino-Portuguesa. A receita fiscal da RAEM é gerida e controlada pela própria região, sem interferência do governo central da China.

³³ Nas eleições seguintes passaram a trezentos e nas actuais são quatrocentos, o que prolonga um pouco mais a democracia, tal como foi prolongada, como veremos, quanto ao número de membros da Assembleia Legislativa.

O capítulo VII da Lei Básica da RAEM trata os assuntos externos. O artigo 136.º indica:

«A Região Administrativa Especial de Macau pode, com a denominação de “Macau, China”, manter e desenvolver, por si própria, relações, celebrar e executar acordos com os países e regiões ou organizações internacionais interessadas nos domínios apropriados, designadamente nos da economia, comércio, finanças, transportes marítimos, comunicações, turismo, cultura, ciência, tecnologia e desporto».

Mas o artigo 23.º aponta:

«A Região Administrativa Especial de Macau deve produzir, por si própria, leis que proíbam qualquer acto de traição à Pátria, de secessão, de sedição, de subversão contra o Governo Popular Central e de subtracção de segredos do Estado, leis que proíbam organizações ou associações políticas estrangeiras de exercerem actividades políticas na Região Administrativa Especial de Macau, e leis que proíbam organizações ou associações políticas da Região de estabelecerem laços com organizações ou associações políticas estrangeiras».

É o *status economicus*. As comunicações, a cultura, a ciência, a tecnologia e o desporto entre Portugal e a China por via de Macau também visarão sempre esse mesmo desenvolvimento económico que é o baluarte da legitimação do executivo chinês.

As instituições democráticas formais têm um estilo ocidental, mas a ética e cultura política do sistema administrativo permanece tradicional, conservadora e informal (Sheng, 2016).

Não há pena de morte nem prisão perpétua. Isto contrasta com a situação na China, onde ambas as penas se verificam, como também com a Singapura, modelo do capitalismo autoritário, onde prevalecem inclusive chicotadas. Este último Estado não é de todo irrelevante para uma comparação com Macau e Hong Kong, o que pode ser demonstrado pelo acordo assinado em 2000 entre o governo macaense e o Civil Service College da Singapura para colaboração em providenciar formação especializada

aos funcionários de topo e intermédios. Estes cursos, com uma participação estimada de três mil funcionários e setenta tutores locais, focaram-se em competências de *policymaking* e de gestão, gestão do desenvolvimento, treino de tutores da função pública e outros assuntos administrativos (San, 2016). Em 2011 foi assinado um novo acordo com o Civil Service College sob o qual a faculdade assistirá o governo macaense a desenvolver um plano estratégico e colaborará no novo centro de formação da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, além de prolongar, em data, o acordo de 2000 (ibidem).

Existe proximidade de modelos. Significativamente, a Singapura funciona em harmonia e o borbulhar que caracteriza as democracias liberais não tem sido uma questão.

Há suspeitas de ingerência que tocam temas como o cancelamento da presença da escritora Jung Chang, autora de uma biografia muito crítica de Mao Tsé-Tung, no Festival Literário de Macau com alegadas pressões do Gabinete de Ligação (Tavares, 2018), embora os direitos e liberdades dos cidadãos sejam genericamente respeitados (Comissão Europeia, 2006). Este gabinete é uma das três agências que representa a China nas RAE a par do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guarnição em Macau do Exército de Libertação Popular. Na China continental existe em representação de Macau a Delegação da RAEM em Pequim.

Em Hong Kong existem três quartéis militares onde serve o ELP, incluindo um edifício de vinte e oito andares. Os soldados não têm autorização para sair destes complexos. Na mesma RAE, antes do noticiário da noite, é transmitido nas estações de televisão chinesas a Marcha dos Voluntários³⁴ com imagens de cidadãos a agirem de acordo com o que é tradicionalmente chinês. Em 2017 a emissão da BBC World Service, que funcionava vinte e quatro horas por dia, foi substituída pela emissão da estatal China National Radio Hong Kong Edition que inclui noticiários em mandarim, a «língua dos oficiais».

³⁴ Hino nacional da RPC.

Uma possibilidade para a relevância futura da democratização é saber se a elite local depende da China ou se tem autonomia, à imagem de Hong Kong. Dado que a população mestiça corresponde largamente ao que é a elite, a hipótese de que mantém diferenças – à imagem, mas não com semelhança, pois existe uma razão pela qual a transferência de soberania de ambos os territórios não sucede na mesma data, muito menos com o mesmo protocolo – parece próxima da verdade. Porém, essa diferença nunca se traduziu em demonstrações de autonomia que não fosse cultural; mesmo com a ascendência chinesa a ser vista como um traço estigmatizante (Costa, 2005). A dimensão relativa importará e o *boom* de desenvolvimento pós-transferência também. O financiamento governamental dos meios de comunicação social existentes em Macau será outro factor a considerar. Ou seja, embora a elite local não dependa da China, tal como não depende em Hong Kong, não existem demonstrações de vontade de democratização como existem em Hong Kong, cuja elite também permanece distinta da de Macau.

João de Deus Ramos escreveu:

«O pensamento entre nós, quer das instâncias oficiais quer nas pessoas em geral, era apoiado na ideia de que Macau era diferente de Hong Kong, o seu passado histórico também e que isso implicaria, por parte da China, soluções diferentes. Parecia-me, a mim e a alguns outros, que não era bem assim»³⁵.

Quanto à pertença chinesa não poderia haver dúvidas excepto em delírios imperialistas. Mas em vontade autonómica e em preservação das suas características *vis-à-vis* Hong Kong, a distância entre as duas pontes entre Oriente e Ocidente – agora ligadas pela ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau (que assim funcionará como um cordão umbilical, diminuindo uma viagem de cerca de seis horas para cerca de uma hora³⁶) – é de apenas sessenta quilómetros. Se existe uma co-optação perdem-se as facilidades

³⁵ Ramos, J. (2016). *Em torno da China*. Caleidoscópio, p. 72.

³⁶ Embora esse tempo seja o que demoram os regulares ferries que fazem a ligação entre as duas RAE e, além disso, existam complicações por exemplo quanto à necessidade de matrículas e seguros em três jurisdições.

que Macau pode trazer no diálogo da China com a lusofonia. Contudo, tal não parece ser o caso.

Em 1980, Macau pertencia a uma única organização intergovernamental – a Organização Mundial do Turismo –, mas em 1999 Macau e Hong Kong tinham já o sétimo e terceiro, respectivamente, número mais alto de adesão a organizações intergovernamentais entre os governos não-soberanos do Mundo³⁷ (que eram então doze), o que é particularmente interessante porque estão entre Estados-em-formação, Estados associados e territórios autogovernados que não enfrentariam obstáculos constitucionais para se tornarem independentes (Henders, 2001). Tal revela o planeamento de abertura e de interacção no Sistema Internacional que as autoridades sónicas pretendem para si e para os seus braços adicionais que são estas duas regiões administrativas especiais. Macau e Hong Kong não poderão ir muito além do seu estado actual, sendo a independência uma miragem, mas esta autonomia relativa será mantida porque se pretende usar as duas regiões como plataformas de interesses. Em 2001, Macau mantinha relações consulares com cinquenta e sete países, hoje mantém-nas com setenta e três (sendo treze residentes em Macau e as restantes em Hong Kong).

O plano de futuro é, em Hong Kong e em Macau, segundo o XIII Plano Quinquenal, de avanço da democracia, de promoção da harmonia, de elevação das suas posições e papéis no desenvolvimento económico e abertura da China. Especificamente, Macau será desenvolvido no sentido de se tornar um grande destino internacional de turismo e lazer e uma plataforma para comércio e cooperação entre a China e os países de língua portuguesa. Quanto à democracia vs. harmonia, esta deverá ser tão equilibrada quanto o que permite a possibilidade de reunificação com Taiwan – a última fronteira. Harmonia que não é apenas interna, mas também na troca e cooperação com a China continental.

³⁷ Incluindo a Organização Mundial do Comércio, a Organização Marítima Internacional, a Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico e a UNESCO.

Hoje é difícil ver como Portugal pode interferir iniciando planos originais na soberania chinesa. Contudo, tal não é questão, pois o plano de elevar Macau nas relações entre Estados já é tratado como em falta pela China. Resta pensá-lo e trabalhá-lo, assumindo que a lusofonia é uma verdadeira prioridade, entre as outras mais relevantes como a Europa e o Atlântico, é certo e legítimo, da política externa portuguesa.

IV – O QUE É MACAU

2. JOGO

O governador Ferreira do Amaral (1846-1849) é o primeiro a autorizar formalmente o jogo a dinheiro em Macau, num contexto em que este ainda era proibido em Portugal. Assim é porque, com a chegada dos ingleses, não era possível competir com Hong Kong fora das qualidades intrínsecas enquanto centro de lazer e entretenimento. O pacapio é autorizado após pedido dos homens de negócio chineses (Godinho, 2013). A tradição é longínqua. De acordo com Godinho (2013), o Sul da China e o Sudeste Asiático podiam ser descritos como um «gambling belt»³⁸. Hoje, o jogo é ilegal na China continental – à parte lotarias estatais que já Roma e a dinastia Han usavam para financiar causas públicas – e Macau é a zona mundial de apostas por excelência. É no período da década de cinquenta do século XIX que os défices desaparecem em poucos anos, com uma reforma económica na base do jogo, vício e indústrias suspeitas (ibidem).

A partir de 1962, a indústria do jogo era operada em monopólio pela Sociedade de Turismo e Diversões de Macau de Stanley Ho por via de uma licença para tal emitida pelo governo. Em 2002 este monopólio termina e entram também no jogo Wynn Resorts (estado-unidense), Las Vegas Sands (idem), Galaxy Entertainment Group (chinês), MGM Mirage (estado-unidense em parceria com a filha de Stanley Ho) e Melco em parceria com Publishing and Broadcasting Limited (australiano). São as reformas de Deng Xiaoping a chegarem ao local que pela altura da formulação desse pensamento tinha quatro anos volvidos do PREC. Assim entendemos que Macau tem também fortes interesses ocidentais.

Stanley Ho foi importante antes e durante a transferência de soberania, dado o determinado *laissez-faire* que há na região (Sheng, 2017). «Socialismo com

³⁸ Godinho, J. (2013). A History of Games of Chance in Macau: Part 2 — The Foundation of the Macau Gaming Industry. *SSRN Electronic Journal*, p. 107.

características chinesas» – o forte papel do Estado em financiar e gerir empresas públicas que as encoraja a procurar o lucro – deve ser levado em conta também enquanto o princípio do *guanxi* é uma característica chinesa.

Comparativamente a Las Vegas é curioso saber como Macau estudou o funcionamento da cidade estado-unidense e depois a replicou, notavelmente na arquitectura (Sheng, 2017). Se no Nevada há uma Torre Eiffel, Macau tem uma réplica de Veneza. Na China continental também há uma cópia integral de Hallstatt. A Europa inspira uma espécie de recreio naquilo que mais é de entretenimento e, portanto, de espectáculo no sentido típico de evolução capitalista. O plano para o futuro é tornar mais *family-friendly* tudo o que envolve os casinos – e, portanto, envolve a cidade –, principalmente numa lógica de turismo diário (Sheng, 2017). Tal relaciona-se também com o combate à corrupção que é uma das grandes bandeiras da governação de Xi Jinping, pois o descontrolo do jogo conduz a diversos vícios. Esse descontrolo já era uma preocupação durante o mandato de Hu Jintao.

Macau passa de uma «sleepy colonial backwater»³⁹ para uma cidade espetáculo por excelência (Chu, 2015). Se se apostou nos casinos e turismo porque tal já fazia parte de Macau, também a cultura portuguesa faz e fazia parte da RAEM. Hoje esta mono-economia deve desenvolver-se enquanto um destino também de colóquios – na lógica de turismo MICE (meetings, incentives, conferences and exhibitions) –, uma praça verdadeiramente de abertura, especializando-se na lusofonia, até porque Hong Kong já leva uma grande vantagem neste tipo de serviços. Tal diversificação económica está precisamente incluída no XIII Plano Quinquenal. Para que tal potencial seja concretizado o apoio de Portugal e dos restantes países lusófonos é essencial, pois o terreno tem de ser mais coalescente do que somente feito da pedra de calçada portuguesa.

³⁹ Chu, C. (2015). Spectacular Macau: Visioning futures for a World Heritage City. *Geoforum*, 65, p. 440.

A forma de visita costumava ser com vistos de negócio ou em excursões, mas em 2003 é criado, para Hong Kong e Macau, o Visto de Visita Individual, sendo inicialmente apenas aplicável a residentes de Pequim, Xangai e oito outras cidades de Guangdong, mas hoje garantido a quarenta e nove cidades na China continental (Yin et al., 2018). Entre 2007 e 2008, Pequim decidiu diminuir a emissão de vistos para Macau em número e intervalo de tempo e decidiu também que os vistos para Hong Kong deixariam de servir para a RAEM. O objectivo foi o de controlar o jogo; as licenças para a dita indústria também decresceram.

Cerca de 61.3% do PIB macaense e 53.6% do emprego, em contribuição total, advieram do turismo em 2017 (World Travel & Tourism Council, 2018). No mesmo ano chegaram duzentos mil turistas chineses a Portugal. Em percentagem de turistas chineses por noites dormidas pelo total de turistas, Portugal teve em 2016 4.3%, o que se situa abaixo da média da UE que é de 5.8%. Quando o ordoliberalismo europeu promove a força de Portugal nesse sector, este número é manifestamente baixo e mais uma oportunidade de crescimento.

Em 2007, os casinos representavam 55% do PIB, 23% do emprego e 76% da receita do governo (Sheng e Tsui, 2009). Em 1997, o jogo e o turismo contabilizavam 70% do produto interno bruto (Henders, 2001), mas a economia era bastante mais pequena. Quando se liberaliza a indústria dos casinos, em 2003, a economia macaense explode: o PIB passou de 8.2 mil milhões de dólares estado-unidenses em 2003 para 18.3 mil milhões em 2007 para 36.7 mil milhões em 2011 para 45.4 mil milhões em 2015⁴⁰. Ou seja, quase sextuplicou. Os casinos foram e voltaram a ser em Macau a primeira fase do seu desenvolvimento económico. O governo macaense já afirmou que a capacidade de desenvolver turismo que não dependa do jogo vai ser um dos critérios-chave para a renovação das licenças de jogo que expiram entre 2020 e 2022.

A RAEM é maior do que Las Vegas – em 2014 era-o sete vezes. A base industrial tradicional de Macau e de Hong Kong foi para Guangdong, pois a mão-de-obra é muito

⁴⁰ Em dados do Banco Mundial.

mais barata. Nas pequenas e médias empresas deu-se o caso de Dutch Disease (Sheng, 2017). O sector manufactureiro corresponde hoje a menos de 1% do PIB.

IV – O QUE É MACAU

3. ECONOMIA EXTRA-ESPECTÁCULO

O marxismo usado na China, sendo novo, não é da Internacional Situacionista. Se assim fosse, os trabalhadores nunca se libertariam. Contudo, Macau nem chegou a ser industrial – tal como quando Lenine é transportado «como se fosse um bacilo da peste», em palavras de Churchill, da Suíça para a Rússia. A cultura passou do existir para o parecer, sem passar pelo apenas ter, com sucesso.

Hoje, importando as águas profundas, o porto macaense não consegue logo por isso competir com o de Hong Kong: o terminal mais profundo deste primeiro tem quatro metros e meio, o menos profundo do segundo tem doze metros e meio. Além de Hong Kong existe ainda Shenzhen e Guangdong num raio de menos de cento e cinquenta quilómetros. Os bens para a RAEM provêm destes portos em batelões depois de lá chegarem em grandes navios oceânicos. Apesar disso, Macau permanece dentro do mar do Sul da China e, portanto, tem interesse estratégico. Mesmo quanto ao turismo, as pessoas chegam mais por via terrestre do que por via marítima (Cardoso, 2012). No contexto do Delta do Rio das Pérolas – constituído principalmente por Hong Kong, Guangzhou, Shenzhen e Zhuhai –, Macau representa 0.5% do território, 5% da população e 20% do PIB. Esta área alberga mais de cem milhões de pessoas. Macau tem sempre de ser considerado, pelo menos, um «*local economic node for the Western Pearl River Delta*»⁴¹.

O aeroporto internacional, como foi dito, é de 1995 e por essa altura o novo de Hong Kong tinha capacidade para dez vezes mais passageiros. Em 2008, Macau foi visitada por vinte e três milhões de turistas; em 2012 por vinte e oito milhões; em 2016 por trinta e um milhões. Dada a população de pouco mais de seiscentas mil pessoas, estes números são gigantescos. A importância de uma cidade enquanto poster de uma ideia também releva nesta dimensão.

⁴¹ Edmonds, R. (1993). Macau and Greater China. *The China Quarterly*, 136, p.899.

Macau depende em 99% da importação em recursos hídricos quanto a *água virtual*⁴², sendo que 90% desta vem da China (Chen e Li, 2015). A RPC exporta ainda quase metade da carne, frutas e vegetais de Macau e 40% do combustível; a electricidade é totalmente importada, os produtos agrícolas, cereais, carne e peixe são-no quase totalmente e em segunda posição na proveniência das importações de água estão Hong Kong e, mais distante, a França (ibidem). Não há terra arável, pasto ou floresta em Macau.

Em Dezembro de 1999, a taxa de desemprego era de 6.5%, em Dezembro de 2008 era 3.4% e em Dezembro de 2017 era 1.9%. Também assim se contribui para a harmonia que se almeja. Em 2000 Macau tinha 25.4 quilómetros quadrados, em 2011 já tinha 29.9 (Chen e Li, 2015). É o território do Mundo com maior densidade populacional com cerca de vinte mil pessoas por quilómetro quadrado⁴³. Desde 1999 que o crime e a violência diminuíram (Country Watch, 2013). Macau tem a quarta taxa de esperança média de vida mais alta no Mundo. O défice orçamental em 1992 era estimado em duzentos e cinquenta milhões de patacas. Em 2014 atingiu o recorde de um *superavit* de mais de trinta e cinco mil milhões de patacas – cerca de três mil milhões e oitocentos mil euros.

Hoje é providenciada, sem custos, educação durante quinze anos. Nos testes PISA 2015, Macau está em terceiro lugar quanto à matemática, sexto quanto à ciência e décimo segundo quanto à leitura, num universo de setenta e dois países. Hong Kong não ultrapassa Macau quanto à categoria «ciência». Em 1999, a educação universitária correspondia a 13% da população; em 2013 correspondia a 26% (Sheng, 2016).

Longe vão os tempos em que um almirante holandês, de seu nome van Warwijk, é perseguido pela marinha chinesa quando quer negociar sobre comércio-livre. Os turistas são em dois terços provenientes da China, tendo outros mercados

⁴² Água presente nas trocas comerciais de comida e de outros bens de mercadoria.

⁴³ Portugal, para referência, tem cento e doze pessoas por quilómetro quadrado.

como Taiwan e Coreia do Sul destacados dos também relevantes Japão, Filipinas, Malásia, Tailândia, Indonésia, Estados Unidos a América e Índia⁴⁴. No futuro assim permanecerá, pois o povo quer a riqueza que este modelo traz, com mais ou menos ajustes e redistribuição e oportunidades de emprego. No mesmo sentido, também o património histórico existente é para preservar (Chu, 2015).

O «Mainland and Macau Closer Economic Partnership Agreement», acordo de comércio-livre, terá desde 2003 aumentado a taxa de crescimento do PIB real anual em 20.76%, contrapondo com o cenário sem o dito, e diminuído o desemprego em 1.23% (Yin et al., 2018). Os custos das acções anticorrupção foram 0.3% no emprego (ibid.) e ainda mais no PIB.

⁴⁴ Respectivamente, em dados de 2017: 1 milhão, 870 mil, 330 mil, 310 mil, 220 mil, 200 mil, 200 mil, 190 mil e 150 mil. Nenhum dos restantes países teve mais de 100 mil turistas.

IV – O QUE É MACAU

4. *TENDÊNCIAS POLÍTICAS*

Nas eleições de 2001 (as primeiras) foram eleitos dois candidatos pró-democracia, quatro candidatos pró-Pequim e quatro candidatos pró-empresariado (Country Watch, 2013) num total de dez para uma assembleia de vinte e sete. Os restantes foram nomeados por grupos de interesse e pelo Chefe do Executivo. Hoje há trinta e três lugares e catorze são eleitos directamente; ou seja, uma evolução de representatividade de 37% para 42% do total da assembleia. A média de votantes desde 2001 é de 56.57%, em cinco eleições. Em 2017 apresentaram-se vinte e cinco listas. A média de participação eleitoral em Hong Kong é inferior, presumivelmente por maior descrença na forma do sistema. Nas últimas eleições, em Setembro de 2017, foram eleitos quatro candidatos pró-democracia. Em Hong Kong são eleitos trinta e cinco directamente e vinte e quatro são pró-democracia, o que volta a demonstrar a diferença entre as duas RAE.

O sistema político macaense consiste, portanto, na Assembleia Legislativa – que não tem o poder de elaborar leis mas sim de melhorar e aprovar as submetidas pelo governo – e num Chefe do Executivo que é eleito por um comité de quatrocentas pessoas, essencialmente representantes de negócios, nomeados por entidades empresariais e órgãos comunitários. É assistido por cinco secretários, titulares de pastas – da Administração e Justiça, Economia e Finanças, Segurança, Assuntos Sociais e Cultura, e Transporte e Obras Públicas –, na formulação e implementação de políticas e em assuntos administrativos. Assim sendo, os freios e contrapesos para a elite são escassos (Sheng e Tsui, 2009). Isto é do interesse da China, pois não existem planos de promoção de um real sistema ocidental com conceitos democráticos. O que existe é o suficiente para dizer respeito a exclusividade (a continuação que era necessária) permitindo simultaneamente responsividade às necessidades e interesses da China. Contudo, o movimento pró-democracia Associação Novo Macau Democrático consegue ganhar um caso em tribunal contra o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais por pressão política durante as eleições de 2017; isto ao mesmo

tempo que vários jornalistas de Hong Kong têm visto a sua entrada negada para cobrir assuntos macaenses.

A menor dimensão de Macau pode conduzir a um maior personalismo, o que se agrava com o princípio sínico do *guanxi* – a importância das redes de contactos para a realização de negócios. O que dizer do caso de corrupção do Secretário dos Transportes e Obras Públicas Ao Man Long e, mais tarde, da condenação também do seu acusador Ho Chio Meng. Já Richard Solomon (1985) em *Chinese Political Negotiating Behaviour*, livro escrito para a RAND Corporation, classificado até 1995, e, segundo João de Deus Ramos (Reis, 2017), utilizado pela diplomacia portuguesa nas negociações de Macau aponta:

«The most distinctive characteristic of Chinese negotiating behavior is the effort to develop and manipulate strong interpersonal relationships with foreign officials - a pattern termed here "the games of guanxi," or relationship games. This approach to politics is shaped by China's Confucian political tradition. The Chinese distrust impersonal or legalistic negotiations»⁴⁵.

Da administração portuguesa poderá ter adicionalmente herdado uma cultura de patronato, em que os residentes locais fazem parte de grupos de sociedade civil que recebem subsídios generosos e assim se mantêm pró-Governo, com uma participação sem atitude crítica (Lo, 2013). Já a ciência jurídica chinesa desconhece grande parte dos conceitos jurídicos de matriz românica (Ganhão, 2004). É a intimidade sobre o Estado de Direito e a não-separação de poderes. Outro facto que pode contribuir para esta visão é o de que os conflitos de interesse e as políticas personalizadas são normais em economias pequenas (Baker, 1992). Também Rousseau dividia o sistema político de acordo com a dimensão geográfica do Estado.

A campanha anticorrupção reduziu a taxa de crescimento real anual do PIB em 17.54% de 2013 a 2016 e até Outubro de 2017 foram investigados duzentos e sessenta

⁴⁵ Solomon, R. (1985). *Chinese political negotiating behavior*. Santa Monica, CA: RAND, p. 11.

oficiais de alta patente e até cem mil de baixa patente (Yin et al., 2018). Nunca o regime lidou com este assunto com esta forma. A Comissão Central para Inspeção de Disciplina anunciou que só em 2017 foram punidas quinhentas e vinte e sete mil pessoas, incluindo cinquenta e oito ao nível provincial, ministerial ou mais elevado (Gao, 2018). Em transferências ilegais estimava-se que se movimentassem cento e sessenta e quatro mil milhões de euros por ano por Macau, por diferentes canais (Godinho, 2013).

Os protestos macaenses de 2006-2008 foram essencialmente sobre desigualdade e não sobre democracia, envolvendo sindicatos e tendo o de maior escala tido lugar no Dia do Trabalhador de 2006, reunindo mil e quinhentas pessoas. Nestes acontecimentos podemos voltar a encontrar uma diferenciação com o que se passa em Hong Kong, o que é de bom augúrio para a sua não-absorção por esta RAE, tal como os planos chineses prevêem. Desigualdade inclusive no sentido de criticarem os imigrantes ilegais – que eram, em dados de 2007, 9% da população, sendo 36% trabalhadores não-residentes –, além da inflação. Participaram muitos funcionários públicos, três legisladores e foram disparados tiros para o ar. Num protesto subsequente, contudo, organizado para criticar a actuação da polícia no tal dia, já participa, em combinação com o organizador do dito e político macaense, o grupo April Fifth Action de Hong Kong – o que indicia mínima imiscuição de Hong Kong para Macau. Nos últimos anos, activistas com esta substância têm visto a sua entrada em Macau recusada com o argumento de que constituem uma ameaça para a segurança interna e estabilidade da RAEM. A efervescência da pró-democracia de Hong Kong não parece, assim, alargar-se a Macau. Aliás, no geral:

«The refugee mentality persists, for instance in a tendency toward pragmatism and focus on economic survival rather than political engagement»⁴⁶.

O influxo de refugiados resultado da tomada de poder pelos comunistas foi de aproximadamente sessenta mil pessoas, com apenas um quarto destes a permanecer

⁴⁶ Sheng, L. (2016). The transformation of island city politics: The case of Macau, p.525.

em Macau, tendo os restantes seguido para Hong Kong onde houve um real problema de refugiados (Moseley, 1959). Com a Segunda Guerra Sino-Japonesa, habitantes de Guangzhou e de Hong Kong deslocaram-se para o enclave sossegado de Macau como seu refúgio. Em 1950, a população da RAEM era de um pouco menos de duzentas mil pessoas.

O rapidíssimo desenvolvimento económico legitimou o governo de Macau. Em Hong Kong, desde 1990, há uma vigília anual para lembrar a repressão em Tiananmen no dia 4 de Junho. Em 2018, por exemplo, mais de cem mil pessoas marcaram presença. Chegou inclusive a existir um pequeno museu, entre 2014 e 2016, chamado «4 de Junho». Em Macau, estas acções não são uma realidade. Mais manifestantes do que os protestos de 2006-2008 teve uma acção contra uma nova lei de estacionamento ilegal, reunindo três mil motociclistas. 2008 é resolvido com um alívio fiscal de cento e trinta e sete milhões de dólares, oito mil apartamentos até ao fim de 2009, subvenções cívicas de seiscentos dólares a residentes permanentes e trezentos e setenta e três dólares a não-permanentes e nova legislação que privilegia os trabalhadores locais (Tang e Sheng, 2008).

Em 2014 já vinte mil pessoas protestaram contra o projecto-lei chamado «aperto de mão dourado» que significava os muitos benefícios aos ex-trabalhadores de topo da administração pública. Em resposta, os legisladores cancelaram mesmo a votação. Contudo, novamente, isto não tem de ser interpretado enquanto uma manifestação a favor da distribuição de poder decisório que caracteriza as democracias. Pode, e deverá mesmo, ser sim interpretado enquanto uma manifestação a favor de uma menos desigual distribuição do abundante dinheiro.

É claro que é também em 2014 que se dá em Hong Kong o Movimento dos Guarda-chuvas – usados para protecção do gás pimenta. Contudo, este protesto iniciase em Setembro, quando o macaense decorreu em Maio. Numa visita de Xi Jinping a Macau, em Dezembro, os chapéus-de-chuva foram proibidos mesmo aos repórteres que esperavam pelo presidente Xi no aeroporto, tendo-lhes sido oferecido casacos

impermeáveis, e os únicos protestantes acompanhados pela polícia somavam quatro chapéus em quatro indivíduos (Guardian, 2014).

Como mencionado, a Assembleia Legislativa existe desde 1976. Os partidos políticos não existem. As associações sociais, contudo, em números de 2015 eram pelo menos quatrocentas e sessenta (Yang, 2016). Um associativismo de grande número tendo em conta a população total – um grande contributo para a harmonia. A maior parte das ditas está direccionada para a cultura, desenvolvimento científico e causas humanitárias (Jiang, 2016). Recebem financiamento governamental.

IV – O QUE É MACAU

5. PROXIMIDADE A PORTUGAL

Os filhos e os netos de quem tinha passaporte português em 1999 tiveram direito à cidadania portuguesa. Um quinto da população chinesa de Macau. Desde o início do século XX que a população é aproximadamente 90% chinesa. A China não reconhece a dupla nacionalidade, mas Portugal efectivou-a na negociação da transferência de soberania de Macau – em 1987, com a Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China Sobre a Questão de Macau, os macaenses puderam escolher livremente a sua nacionalidade –, o que é um enorme feito. Segundo Carlos Gaspar é o que radicalmente separa os acordos sino-portugueses dos acordos sino-britânicos (Reis, 2017). Sem excepcionalismos, também a concessão a Portugal era vitalícia, enquanto a de Hong Kong era por noventa e nove anos.

Hoje⁴⁷ são relevantes os 0.3% nascidos em Portugal, 1.4% com ascendência portuguesa total ou parcial e 0.9% com nacionalidade que habitam a RAEM. Os macaenses enquanto população mestiça mantêm considerável influência política e social. É autoridade tradicional. Mantêm uma identidade étnica que só não é nacional porque o território é de soberania chinesa (Costa, 2005). Antes da transição, contudo, predominava a sensação de abandono (Cabral e Lourenço, 1993). Mesmo para aproximação mais clara deste segmento populacional a Portugal há acções por tomar. Numa pequena amostra do suplemento Português em Macau do jornal Hoje Macau de 20 de Dezembro de 2010, a jornalista Vanessa Amaro concluiu que a maioria dos jovens desconhece Portugal e o que fez no território de Macau, tendo passaporte e nacionalidade portuguesa para facilitar as deslocações ao estrangeiro (Raimundo, 2016).

⁴⁷ Isto é, de acordo com os censos de 2011.

Segundo os Censos de 2011, 2.4% fala português e 21.1% fala inglês. Há trabalho tanto em Macau como no continente por parte do Instituto Politécnico de Macau, do Instituto Português do Oriente, da Universidade de Macau e da Universidade de São José (Leandro, 2017). Na actualidade há dezassete instituições de ensino superior com cursos em português (Xi, 2018) Em Portugal, além dos Institutos Confúcio nas universidades de Aveiro, Coimbra, Lisboa e Minho, existe uma licenciatura em tradução no Politécnico de Leiria⁴⁸. Em termos de *media* em língua portuguesa existem dois canais da Teledifusão de Macau, três revistas (do governo), três jornais diários e dois semanários, sendo um deles bilingue. Em termos de agências noticiosas está presente a Lusa. O governo apoia a imprensa com subsídios anuais e financia a TDM quase na totalidade (Pereira, 2014). Notavelmente, a Universidade de Macau já foi anfitriã de vários encontros da Associação das Universidades de Língua Portuguesa – em 2003, 2006 e 2010 – e todos os anos organiza o Dia da Língua Portuguesa e o Curso de Verão de Língua e Cultura Portuguesa.

Após a transferência de soberania, a função pública que falava português teve formação em chinês e a que falava chinês teve formação em português – sendo que a maioria dos funcionários públicos chineses foram recrutados por via de um programa especial inicialmente organizado ainda pelo governo português em Macau, enviando estes formandos para Portugal por um ou dois anos (San, 2016). Contudo, desde o mesmo período é também verdade que o governo de Macau tem priorizado a formação de funcionários públicos na China continental – e não apenas para educação linguística e imersão cultural (ibidem).

Enquanto a língua chinesa e a língua inglesa são leccionadas em praticamente todas as escolas locais, somente em três escolas⁴⁹ a língua portuguesa é leccionada do primeiro ao décimo segundo ano de escolaridade (Ma, 2015). Mais do que o chefe de

⁴⁸ Estabelecida em colaboração com o Instituto Politécnico de Macau.

⁴⁹ Escola Portuguesa de Macau, a Escola Primária Luso-Chinesa da Flora e a Escola Secundária Luso-Chinesa de Luis Gonzaga Gomes

Macau poder continuar a chamar-se Fernando⁵⁰ ou outro nome semelhante no futuro, é importante reflectir sobre a necessidade do aumento do número de falantes da língua. O idioma é não só um meio comunicativo mas também um acto cultural associativo. Já até à data de 1990, quando o português deixou de ser a única língua oficial, havia problemas de entendimento. Só em 1987 é que se decide tornar bilingues os sistemas jurídicos e judiciários.

E qual é o real estado de evolução da língua portuguesa? De acordo com o último censo de Moçambique⁵¹, só metade da população fala português e apenas 10% a identifica enquanto língua materna. Germano de Almeida, escritor cabo-verdiano, afirma que Cabo Verde não é um país bilingue, é um país cuja língua é o crioulo, embora mais de 50% do povo entenda a língua portuguesa (Pacheco, 2018). Em Macau, de acordo com Hélder Beja (2010):

«O português, na RAEM, é um exotismo, um conjunto de letras alinhado por baixo de caracteres chineses. [...] Há palavras novas ou mal escritas, expressões que, para os que falam o idioma luso, quase nada significam»⁵².

O nosso exacerbar, principalmente visando o seu papel no futuro, tem o seu quê de enganador. É preciso valorizar o português enquanto língua que verdadeiramente permita a comunicação a nível internacional, mais do que observá-la em estatísticas. A massa que une a lusofonia – geograficamente, e não só, diversa – tem necessariamente de ser a língua, pois a história não dura para sempre e os supostos afectos entre os povos são mais um vício do que algo mensurável.

Quanto ao cristianismo, os dados apontam para 7% da população. A Capela da Nossa Senhora da Penha é a mais antiga ocidental da Ásia. É importante contextualizar estes dados sobre o resto da China – a religião cristã cresce a uma percentagem de 7% ao ano. Este crescimento parece ser largamente alimentado pelos *social media* (Stark e

⁵⁰ Como é o caso agora com Fernando Chui Sai-on.

⁵¹ De 2017.

⁵² Beja, H. (2010). Português ao Pontapé. *Ponto Final*.

Wang, 2015) e podemos com o mesmo especular uma ocidentalização/mundialização. Mais a mais se levarmos a sério teorias de que a China é pós-ideológica. Isso, contudo, está errado – a China permanece confucionista quanto ao seu sistema. Dizem-no Kissinger e Lee Kuan Yew. A China coloca, por via da sua visão e liderança(s), o mais sério desafio à consolidação da democracia enquanto opção que se dizia universal.

Portugal, sendo um velho amigo de há quinhentos anos, ganha pontos neste sistema. Honrar os compromissos é um factor prezado. A harmonia societal significa ter deveres específicos a cumprir, com a benevolência e a virtude como aspectos inspiradores e educadores. Contudo, com esta evidência não devem surgir deslumbramentos. «Harmonia» é também o termo utilizado pelo Estado chinês para justificar o policiamento de informação na internet⁵³. Mas havendo uma grande continuidade do pensamento estratégico da China ao longo dos tempos, esta, à partida, perpetuar-se-á, o que significa também que o legado de Macau é relevante, pois deverá continuar a ser uma porta aberta como foi durante a sua história. Nesse sentido tem sido vislumbrado pelas autoridades chinesas à internacionalização e especificamente em relação à lusofonia.

É claro que Gilberto Freyre escreveu sobre o velho luso-tropicalismo. E Steyn (2015) identifica atracção mútua, coexistência e síntese de culturas em Mombaça, Zanzibar e Goa. Mas o que interessa não são as casas-grandes e tiques coloniais, mas sim que parece que a repetição da vocação universal se dá bem hoje desde que seja passiva, como no caso português tem necessariamente de ser. Em 1979, quando João de Deus Ramos chega a Pequim para abrir a primeira embaixada desde 1949, descobre que os telegramas que enviara para Portugal chegaram apenas ao lixo, pois o funcionário dos correios não sabia o que significava «Putaoya»⁵⁴ (Ramos, 2016). Na sua ida para a China, embarcando na Portela, apercebeu-se também que a Carta de Gabinete para ser entregue ao ministro chinês dos Negócios Estrangeiros lia «Popular

⁵³ E «grande harmonia» era o conceito maoísta de ordem.

⁵⁴ «Portugal» em mandarim.

Republic of China» em vez de «People's Republic of China» (ibidem). Quais «bárbaros do sul», gente sem Estado. Portugal tentou preservar a sua influência cultural em Macau, os britânicos tentaram preservar os seus interesses económicos. Os segundos respondem automaticamente, os primeiros têm de ser aproveitados.

As narrativas portuguesas sobre Macau foram a de listar o território como: centro de evangelização com missão civilizacional heróica nos séculos XVI e XVII; possessão asiática colonial orgulhosa nos séculos XIX e XX; e cidade de intercâmbio cultural entre Ocidente e Oriente até à entrega. Hoje não há narrativa que não as antigas para contar, mas isso pode mudar. A administração portuguesa esforçou-se por tornar Macau exótico por exemplo a partir dos anos 80 em que investiu bastante em preservação cultural e criação de agentes culturais como a indústria museológica, a Fundação Macau e o Centro de Estudos de Macau (Lam, 2010).

Sendo uma região administrativa especial, o seu estatuto inclui as liberdades consagradas em garantias e protecções que obrigam tanto à China como a Portugal (Tavares, 2018). Podia existir uma comissão de acompanhamento portuguesa a Macau, tal como existe no parlamento britânico para Hong Kong, com relatórios regulares. Não uma de forma paternalista que apenas apontasse os perigos do que pode vir a ser vigente no futuro e as virtudes da democracia, mas uma que estudasse as possibilidades de cooperação e a entendesse. A Comissão Europeia fá-lo.

Segundo Augusto Santos Silva quanto à candidatura de António Guterres a Secretário-Geral das Nações Unidas, entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança só a França tinha um apoio mais empenhado que a China (Reis, 2017). É particularmente relevante quando conduzir figuras portuguesas a grandes cargos internacionais faz parte da estratégia de política externa nacional e funcionar sob a égide da ONU faz parte da estratégia de ambos. O Reino Unido, europeu e atlântico, alegado arqui-aliado desde Windsor, terá sido o último a apoiar a candidatura.

Em 2001 firmou-se um documento de cooperação denominado Acordo Quadro de Cooperação entre a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a República Portuguesa no qual se estabeleceu a Comissão Mista entre Portugal e a RAEM para consulta com reuniões previstas bianualmente. A primeira reunião sucedeu somente em 2011, mas desde então o calendário previsto tem sido cumprido⁵⁵. Em 2005, Portugal ganhou o estatuto de parceiro estratégico global por parte do governo chinês. Até esse ano havia mais quatro países na Europa com o dito – Espanha, França, Itália e Reino Unido. Até 2014 eram dez na Europa e vinte e nove no mundo. Tal potencial, contudo, continua por explorar.

⁵⁵ Aliás, existiu uma reunião em 2013 e outra em 2014.

V – COMO ENTENDER MACAU E PORTUGAL NO SISTEMA INTERNACIONAL

Citando, desde cedo, a Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura do Governo da RAEM em 2002:

«Having experienced the peaceful coexistence of multiple cultures for more than 400 years, Macau has become a melting pot where the Chinese culture and other cultures are mutually accommodating, and the ethics of tolerance, openness, and diligence flourish»⁵⁶.

Existe inclusive, desde 2005, uma associação denominada Macao Association for the Promotion of Exchange between Asia-Pacific and Latin America, tal é o processo histórico que ofereceu a Macau uma identidade cultural única.

O valor de Portugal é a sua colocação no mercado lusófono e no mercado europeu. O valor de Macau é a sua herança – a língua, a cultura e a sua excepcionalidade administrativa – aliada aos planos do aparelho chinês para a RAEM.

⁵⁶ Secretariat for Social Affairs and Culture, Policy Aims, 2002, para. 5.4.

V – COMO ENTENDER MACAU E PORTUGAL NO SISTEMA INTERNACIONAL

1. UNIÃO EUROPEIA

Desde a transição para a democracia que, inovando, Portugal passa a ter uma vocação altamente preferencial para a Europa, embora com o governo de António Guterres – que é o da transferência de Macau e da fundação da CPLP – se retome algo do tradicional com a inclusão do Brasil nas prioridades de política externa. No discurso de Estado de Marcelo Rebelo de Sousa em 2018 durante as celebrações do 5 de Outubro, este é muito claro naquilo que crê ser a verdadeira ideia para Portugal:

«Ser plataforma entre culturas, civilizações, oceanos e continentes».

Ora, a Europa é apenas um destes. E geograficamente é impossível tornar Portugal nalgo que não periférico, mesmo – talvez até mais – pós-alargamento da União em 2004. Se Portugal esteve em discussão durante a fase em que a realidade geográfica se alterou, deve voltar a estar nessa posição.

No tempo da assinatura da Declaração Conjunta, a China observava Portugal como uma pequena potência com capacidade de influência europeia, mas mais vincado ainda era o papel português no contexto geocultural do mundo lusófono (Gonçalves, 2007). Mais a mais, há trinta anos o equilíbrio de poderes era bastante distinto. Em 1992, foi firmado o Acordo Comercial e de Cooperação entre Macau e a Comunidade Económica Europeia no qual se deu importância proeminente aos valores democráticos e ao respeito pelos direitos humanos. No mesmo ano foi estabelecido um centro de informações europeias em Macau. A RAEM teria nos seus laços com a União Europeia uma vantagem comparativa, mas tal não se concretizou. Em 1994, a UE adoptou um documento chamado «Nova Estratégia para a Ásia». O principal ponto para a China no dito era a abertura de «European Business Councils», tal como abriram na Indochina e no Paquistão. O conselho firmado para Macau está dependente do de Hong Kong, o que faz com que se perca a especificidade macaense para a lusofonia.

Em 1995, é fundado o Instituto de Estudos Europeus de Macau com a estratégia macaense de promover, formando pessoas, a internacionalização da agora RAEM. Em 1998, o chefe do Executivo de Macau visita oficialmente pela primeira vez a Europa – viajando para Portugal e França. Numa altura de transição de administração e estando Portugal na UE que tinha assinado o Tratado de Maastricht há seis anos, reconhece-se o sentido. Visitou ainda o Japão e a Singapura.

A Comissão Europeia (1998) escreveu:

«Hong Kong e Macau têm um importante papel a desempenhar como porta de acesso a outras regiões da China, e a UE deverá desenvolver iniciativas de cooperação bilateral com ambos os territórios»⁵⁷.

Ou seja, nenhuma especificidade; pelo contrário. E por «porta de acesso» deve depreender-se mercados semelhantes, mas com menor risco, àquele onde se pretende entrar. Seria apenas um teste às águas da China continental num momento em que a China ainda não era o grande exportador que é hoje.

Em 2011 a Comissão Europeia propõe reforçar as relações económicas UE-Macau, encorajando as empresas europeias a investir no território, e promover a cooperação com Macau, contribuindo para o reforço da implementação do conceito «Um País, Dois Sistemas», observando que as relações da União Europeia com Macau baseiam-se em valores comuns, num património europeu e interesses partilhados em áreas como a economia, ambiente, educação e cultura (Comissão Europeia, 2011). Uma evolução clara do que estava descrito em 1998, mas nada disto implica a especificidade de um papel português, pois não existirá dimensão para tal dentro dos interesses da UE, e tais afirmações não serão mais sérias do que para variadas regiões do globo onde se identificam oportunidades de promoção democrática – pois a liderança de valores é a liderança que a UE quer assumir.

⁵⁷ Comissão Europeia (1998). Desenvolvimento de uma parceria global com a China. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, p. 8.

A última visita do chefe de Estado chinês a Portugal antes da de 2018 foi em 2010; nesta última Xi Jinping, vindo dum visita oficial a Espanha, convidou Marcelo Rebelo de Sousa a visitar a China em 2019. A última interação com Espanha foi a visita de Rajoy a Pequim em 2017. Cavaco Silva visitou a China em 2014. O privilégio de Macau não vale nem valerá tanto como os Açores⁵⁸ valeram, mas todas as potencialidades ignoradas são forças perdidas. Assim encaixa até com mais facilidade nas prioridades estratégicas nacionais. Em 2009, Hu Jintao assinalou o «*alto apreço pelo papel de Portugal na promoção das relações China-União Europeia*» e a disposição da China a «*envidar esforços conjuntos no sentido de intensificar o intercâmbio e a cooperação, reforçar a confiança e a amizade, enriquecer as relações bilaterais e elevar a parceria estratégica sino-portuguesa a um novo patamar*»⁵⁹ (Gonçalves, 2010).

Xi Jinping, em 2018, volta a destacá-lo afirmando:

«*A parte chinesa espera e acredita que a parte portuguesa vá continuar a desempenhar um papel activo dentro da União Europeia, impulsionando o desenvolvimento da Parceria China-UE da paz, crescimento, reforma e civilização*»⁶⁰.

Mas simultaneamente afirma que é preciso expandir as áreas de cooperação e explorar em conjunto os mercados terceiros (Brito e Villalobos, 2018).

Na mesma ocasião – a visita oficial a Portugal – Marcelo Rebelo de Sousa indicou que Portugal e a China têm instituições e aliados diferentes mas que:

«*Isso não nos impede de trabalharmos em conjunto para a valorização do papel do direito internacional, das organizações internacionais, a começar nas Nações Unidas, nem de defender o multilateralismo, os direitos humanos, a resolução pacífica*

⁵⁸ Que estão mais próximos da costa Leste dos EUA do que o Havai está da costa Oeste.

⁵⁹ Gonçalves, A. (2010). Trinta anos de política externa portuguesa para a China. *Janus Anuário de Relações Exteriores*, p.49.

⁶⁰ Xi, J. (2018). Uma amizade que transcende o tempo e o espaço, uma parceria voltada para o futuro. *Diário de Notícias*. [online] Available at: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/02-dez-2018/interior/uma-amizade-que-transcende-o-tempo-e-o-espaco-uma-parceria-voltada-para-o-futuro-10265258.html> [Acedido 3 Dez. 2018].

dos conflitos nem de apoiarmos o livre comércio e as pontes de entendimento entre Estados e povos»⁶¹.

Quando surge uma onda proteccionista, que se poderá manter por mais quatro anos futuros com um segundo mandato de Trump⁶², a China pode procurar na UE um parceiro – o que é efectivamente diferente de um aliado – para a contrariar, confirmando dois blocos que se comprometem com o sistema comercial multilateral. Mais a mais quando a administração estado-unidense também visa a Europa, pode-se deixar parcialmente para segundo plano os conflitos comerciais que já existiam com a China e negociar uma nova abertura.

Em Julho, em Pequim, Jean-Claude Juncker tweetou:

«I have always been a strong believer in the potential of the EU-China partnership. In today's world it is more important than ever»⁶³.

Precisamente. Mas, reitero, nada disto implica a possibilidade de um papel luso de intermediação ou dinamização. Não existem declarações nesse sentido por parte da União nem existem acções nesse sentido por parte da China. O que Portugal pode fazer emergir, contudo, é a sua posição de actor dialogante indirecto; que surgiria muito mais forte caso uma parceria entre a China e a lusofonia – que tem planos e projectos por trás, por mais reduzidos que ainda possam ser comparativamente às suas ambições – bem-sucedida. Qual é, afinal, o papel actual de Portugal e Espanha no firmamento do acordo UE-Mercosul?

Antes de 2004 praticamente não existiam investimentos chineses na Europa. É no período da crise das dívidas soberanas – momento de fragilidade europeia (em Portugal as alienações estavam inclusive no memorando com a *troika*) –, principalmente de 2011 a 2015, que este explode com mais de cem investimentos por

⁶¹ *Telejornal*, (2018). [programa televisivo] 1: RTP.

⁶² Desde 1900, apenas cinco presidentes não foram reeleitos.

⁶³ <https://twitter.com/junckereu/status/1018800383907516416>

ano e um custo anual médio próximos dos dez mil milhões de euros (Pareja-Alcaraz, 2017). Em 2008 há logo um acordo entre a China Ocean Shipping Company e o governo grego sobre o porto de Pireu no montante de quatro mil milhões e meio de euros para um período de trinta e cinco anos. O maior investimento chinês de sempre em toda a Europa. Em 2011 há a compra de 21% da EDP pela Three Gorges Corporation por mais de dois mil milhões e meio de euros. Em 2014 dá-se a compra de 35% da italiana CDP Reti pela State Grid Corporation of China por mais de dois mil milhões de euros. Todas estas companhias compradoras são, claro, controladas pelo Estado chinês e do outro lado, de quem vende, está também a clara presença dos Estados respectivos. O Estado chinês entra assim na estratégia dos outros países. Tudo contabilizado há sete investimentos chineses acima dos mil milhões de euros na Europa do Sul: o supramencionado da China Ocean Shipping; o da China Unicom na Telefónica; o supramencionado da Three Gorges; o da Fosun na Caixa Geral de Depósitos; o do Banco Central chinês na Eni-Enel; o supramencionado da State Grid; e o da China National Chemical Corp na Pirelli.

Em Portugal, além dos já referidos, crescem os investimentos: na REN em 2012 pela State Grid; na EDP Renováveis em 2012 pela Three Gorges; na Compagnie Générale des Eaux em 2013 pela Beijing Enterprises; na Espírito Santo Saúde em 2014 pela Fosun; e no Novo Banco em 2014 pela Haitong Securities. De 2000 a 2014, Portugal está mesmo em quarto lugar de maior investimento chinês em toda a Europa, à frente dos outros da Europa do Sul, numa tabela liderada pelo Reino Unido – que tem mais de 25% da quota, com Portugal com aproximadamente 11% da dita (Pareja-Alcaraz, 2017). Dada a dimensão do nosso PIB, tal é ainda mais relevante. Portugal abriu também as portas ao espaço Schengen por via dos vistos «gold»⁶⁴, com vincado interesse chinês, o que coloca o país como um dos relevantes na estratégia geoeconómica europeia da China.

A Sinopec, outra empresa chinesa, comprou em 2011 30% da Petrogal Brasil (da Galp Energia). Em 2010, a mesma empresa aliou-se à Repsol para criar o maior grupo privado de energia na América Latina, avaliado em mais de dezoito mil milhões de

⁶⁴ Tal como o Chipre, a Espanha (com condições bastante semelhantes, aliás) e a Irlanda.

dólares. Isto demonstra que há uma janela de oportunidade para promover parcerias estratégicas entre firmas chinesas e europeias em mercados que as ditas europeias conhecem melhor. Para melhorar a capacidade de internacionalização de Macau, em 2010 a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública iniciou um programa de formação de tradutores e intérpretes em segundas línguas. Os formandos tiveram primeiro aulas em Macau e depois em Portugal e na Bélgica para motivos de imersão linguística e cultural (San, 2016).

Recentemente, Macau esteve durante quase dois meses na «lista negra» de paraísos fiscais da UE. Tendo sido acompanhado de diversos países, como a Coreia do Sul, não importará assim tanto. Saiu em Janeiro de 2018, tal como o Panamá, com o comprometimento de avançar com melhorias na transparência. Em 1998, já estava na lista de jurisdições «preocupantes» do State Department dos Estados Unidos devido a lavagem de dinheiro nos casinos por crime organizado e narcotraficantes, facilitada por leis de sigilo bancário (Henders, 2001). Treze países da União Europeia, além da Noruega, Islândia, Israel e Chipre têm entrada em Macau sem necessidade de vistos. A União é o segundo maior importador para a RAEM com 25% do total de importações. Portugal é o maior investidor da UE na região com 3.7% do investimento directo estrangeiro.

O marítimo costuma vencer, como nos contou Alfred Mahan e previu, até agora, Raoul Castex. Talvez porque mover pelo mar é mais barato e contém muito menor concentração de poder. Sines (que por fim tem uma ferrovia anunciada no âmbito do Plano Ferrovia 2020), recorrentemente mencionado quanto a potencial comercial com a China, também espereita crescer, embora não tanto devido ao alargamento do Canal do Panamá e menos ainda devido a um possível novo na Nicarágua – pois a China não exporta para a Europa por aí, mas sim por Babelmândebe (onde tem a sua primeira base militar no estrangeiro por via do Djibouti⁶⁵) e pelo Suez

⁶⁵ Onde também existem bases dos EUA, da França, do Japão, de Itália e está para breve a abertura de uma da Arábia Saudita.

–, mas sim porque é uma porta que está completamente fechada enquanto interligação para a Europa e mesmo somente semiaberta para o próprio país, dada a ausência de auto-estrada e via-férrea. Isto é, dadas as suas características é um porto demasiado pequeno. A Nova Rota da Seda não inclui Sines⁶⁶, inclui sim Marselha, Pireu e Veneza. Portugal, tal como Itália e depois a Espanha e ao contrário de vários países da Europa Central e de Leste e a Grécia, assinou um memorando de cooperação com a Belt and Road Initiative sem adesão. A China aposta na iniciativa na rota com características tanto marítimas como terrestres porque precisa, enquanto potência continental, e pode precaver ambos os cenários. Também a Alemanha é uma epirocracia. Considerar que Sines é fulcralmente estratégico para a China é um equívoco, embora certamente venha a ser alvo de propostas de investimento chinês caso consiga concretizar parte do seu potencial no Atlântico⁶⁷.

A Europa é um grande prémio liderado por um país que se importa largamente mais com a Rússia – já Schmitt afirmava que na Europa Central se vivia sob o olho dos russos⁶⁸ –, no sentido de cooperação, do que a média do Ocidente. Ou seja, a Alemanha não está completamente alinhada com os objectivos dos EUA, menos ainda quando espreita um sistema multipolar. Pode agir, mas o papel de Portugal aí será mais diminuto.

Há vinte e cinco anos, Edmonds (1993) escreveu:

«Whether Macau can again play a major role in East-West relations hinges in part on the ability of Latin countries to utilize the territory as a base for economic and cultural exchange»⁶⁹.

Portugal não tem, de todo, peso para mediar ou dinamizar os interesses chineses na União Europeia. Quanto ao mundo lusófono, contudo, existem

⁶⁶ Pelo menos por ora.

⁶⁷ E.g. já no comércio com os EUA, principalmente quanto ao gás; com o iminente acordo UE-Mercosul; e com futuras parcerias com África.

⁶⁸ «Sous l’oeil des Russes» in Schmitt, C. (2007). *O Conceito do Político*. Lisboa: Edições 70, pag. 141.

⁶⁹ Edmonds, R. (1993). Macau and Greater China. *The China Quarterly*, 136, p.904.

oportunidades. Isto para não mencionar a virtual inexistência do segundo pilar de Maastricht que é a política externa. A própria União aponta que Macau tem um papel a desempenhar como uma ponte económica entre a China e os países lusófonos (Comissão Europeia, 2018).

V – COMO ENTENDER MACAU E PORTUGAL NO SISTEMA INTERNACIONAL

2. CHINA NO MUNDO

A estratégia da China é, desde Hu Jintao, de «ascensão pacífica» - depois modificada para «desenvolvimento pacífico» para atemorizar ainda menos. Na verdade, já na 24-Character Strategy de 1990 Deng Xiaoping delineava «*Observe calmly; secure our position; cope with affairs calmly; hide our capacities and bide our time; be good at maintaining a low profile; and never claim leadership*». Na verdade, devemos retomar Confúcio, pois a teoria respeita a tradição. Isso reflecte-se no respeito pelas organizações, na defesa da supremacia da ONU, na parca demonstração das suas capacidades, na paciência. Ainda nos anos 80, o mesmo Deng Xiaoping descrevia a política externa da China com a frase «*tao guag yang hui*» – manter um baixo perfil. A China só reivindicará a liderança quando esta for evidente. No maior sucesso de bilheteiras na China até à data, um filme de 2017, *Lobo Guerreiro II*, onde um agente das forças especiais chinesas salva proletários africanos, o helicóptero que os transporta na cena final é das Nações Unidas. Quanto às alterações climáticas, onde a China tem conhecidos variados problemas, quando os Estados Unidos abandonam o Acordo de Paris, a China coloca-se na linha da frente. Tal vazio no sistema multilateral, a continuar a ser promovido pelo retraimento dos EUA, tem todas as condições para continuar a ser preenchido pela China. O próprio financiamento da ONU – com a possibilidade de cortes do seu maior contribuidor –, é uma questão que pode proteger o regime chinês.

Desde 2010, a China gasta mais em segurança interna do que em defesa externa (Zenz, 2018) – o que dirá algo sobre a natureza das ambições e/ou da proveniência dos riscos. Não só militarmente, o princípio da não-ingerência apraz a muitos governos que o preferem a ter de elaborar reformas políticas e económicas em troca da ajuda financeira do Ocidente. Tal lógica – a de não-interferência, equidade e benefício mútuo – já era simbolizada na Conferência de Bandung, ainda durante o mundo bipolar.

Dito isto, a China tem hoje planos que vão de liderar a investigação em Inteligência Artificial⁷⁰ a ganhar o Campeonato Mundial de Futebol a estender rotas comerciais por todos os continentes e oceanos. A sobrecarga da Europa consigo mesma é outro contributo para o vazio que se pode preencher. À medida que a China continuar a ascender, mais morre o entendimento simples do *fim da história*. Talvez Hegel ressurgir mais tarde. O novo foco de Fukuyama nas identidades não parece explicar o mundo extra-Occidente. Onde se situará a Europa neste novo conflito ideológico? Não parece razoável que venha a ser o grande palco como foi durante a Guerra Fria, pois a guerra já não mora aqui. África, o sítio mais próximo da possibilidade de se começar do zero, num contexto de pós-pós-colonialismo em que as novas potências procuram oportunidades, parece adequado. É a última fronteira do capitalismo. É na África subsaariana que se vai perder ou ganhar o combate à erradicação da pobreza – luta das Nações Unidas. A CPLP é, em boa medida, sinónima de África. Ao contrário da generalidade dos projectos dos e nos países da OCDE, a expansão de interesses de negócio faz globalmente parte da expansão de influência diplomática chinesa. É essa a natureza do sistema em que o indivíduo não é o centro da acção política.

A China deve ser entendida como o primeiro parceiro estratégico do continente africano, oferecendo condições que ultrapassam as das empresas sul-americanas e europeias. É o primeiro parceiro comercial de África pelo nono ano consecutivo. De 2010 a 2017, a China emprestou aos países africanos cento e dezasseis mil milhões de dólares. À Etiópia, um dos próximos centros de mão-de-obra barata, no mesmo período emprestou cerca de onze mil milhões de dólares. A Angola, trinta e sete mil milhões⁷¹. Com parte deste dinheiro são financiados avolumados contratos de obras públicas celebrados exactamente com empresas chinesas – uma ferrovia de setecentos e vinte cinco quilómetros entre Adis-Abeba e o Djibouti, por exemplo, que custou três mil milhões e meio e foi inaugurada em Janeiro de 2018. O investimento sínico na África Subsariana de 2005 a 2016 contabiliza duzentos e vinte mil milhões de euros –

⁷⁰ Talvez a componente mais essencial da Quarta Revolução Industrial.

⁷¹ Todos estes dados de acordo com o China Africa Research Initiative da Escola de Altos Estudos Internacionais da Universidade Johns Hopkins.

quase o dobro do que foi levado a cabo nos EUA (cento e vinte e dois mil milhões de euros) e cerca de seis vezes e meia o implantado na Rússia (trinta e quatro mil milhões de euros). Se os países da Europa do Sul já foram quanto a esta investida, em comparação com o resto da Europa, *latecomers* (Pareja-Alcaraz, 2017) (principalmente porque a resistência económica estatal foi obrigada a mudar com a crise), ainda há muito do mundo que o é. Os limites da ascensão estão por desenhar.

A resposta dos EUA será militarista? A política da administração Obama «Pivot to East Asia» também o foi, mas não exclusivamente. No Outono de 2017, no XIX Congresso do PCC – outro evento quinquenal –, Xi Jinping ofereceu «*a new option for other countries and nations who want to speed up their development while preserving their independence*»⁷² e «*Chinese wisdom and a Chinese approach to solving the problems facing mankind*»⁷³. Deve ser já claro, portanto, que há rivalidade ideológica. É o primeiro momento de ruptura com a modéstia no Sistema Internacional. Em Davos, Xi Jinping enalteceu a China como defensora da globalização na era do populismo e do proteccionismo económico do Ocidente. Num outro Plano Quinquenal, no de 2001, é apresentada a estratégia «Go Out», articulada já desde 1999. Podemos dizer que já é bem-sucedida.

Ao apoiar a entrada da China na Organização Mundial do Comércio – o que provoca o crescimento das exportações chinesas –, o Ocidente esperava uma evolução da China no sentido do abandono do regime comunista em prol de uma liberalização política, em boa medida devido à ascensão de uma classe média. Tal poderá suceder quando se estiver próximo de se esgotar o potencial de crescimento económico, não tendo falhado até agora. Até lá, e a este ritmo, é cedo demais. De qualquer das formas, não é evidente que as democracias representativas sejam, entre si, mais próximas dentro do Sistema Internacional por serem democracias representativas. Enquanto se presumiu que o surgimento de uma classe média chinesa conduziria ao liberalismo,

⁷² Xi, J. (2017). *Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era*.

⁷³ Ibid.

passaram a ser as repúblicas ocidentais a ser contestadas rejeitando uma globalização que não favoreceu os seus cidadãos.

Em Março de 2018, o Congresso Nacional do Povo decretou o fim do limite de dois mandatos de cinco anos na presidência que tinha sido instituído durante o período de Deng Xiaoping – um mecanismo simples para evitar novos cultos de personalidade. Depois de Xi Jinping ter o seu nome e ideologia consagrados na Constituição, ascendendo ao nível de Mao Tsé-Tung, o caminho de continuação parece estar trilhado. É com ele que se inicia a popular campanha de luta contra a corrupção que permitiu derrubar antigos membros da comissão política e chefes do PCC ao nível provincial, se lança a iniciativa para uma Nova Rota da Seda e se endurecem as posições no mar do sul da China – mas não em Macau e Hong Kong. No mundo dos negócios, o PCC não desacelerará a sua participação.

Deng Xiaoping foi o grande líder. A sua visão «Reforma Económica e Abertura ao Exterior» cortou com a ortodoxia maoísta e hoje reflecte-se numa realidade que pode servir de modelo alternativo para vários Estados – o chamado «Consenso de Pequim» como Cooper Ramo (2004) o definiu –, embora seja também quem cortou com o financiamento de outros partidos comunistas pelo mundo, afastando-se assim do modelo de expansão soviético que não era nacionalista. Principalmente desde 2008 parece ficar provado que o Consenso de Washington não é universal. Em 1997, no rescaldo da crise financeira asiática, Portugal convidou o Fundo Monetário Internacional para rever os mecanismos monetários, fiscais, orçamentais e legais de Macau, assim demonstrando à China que eram os portugueses os responsáveis pela gestão dos assuntos financeiros macaenses (Henders, 2001). Hoje, e já falado no último governo Sócrates, emerge a possibilidade de Portugal emitir dívida em renminbi e não apenas em euro, o que deverá acontecer já em 2019. Tendo em conta o papel do dólar estado-unidense como moeda e reserva de valor global e as ambições da China se posicionar como uma alternativa ao dito, tal é relevante.

Deng Xiaoping foi perseguido pelo Exército Vermelho durante a Revolução Cultural, tendo sido enviado para uma fábrica para servir enquanto operário e tendo visto o seu primogénito preso e torturado. Xi Jinping teve o seu pai preso durante o

mesmo período, sendo anteriormente o chefe do departamento de propaganda do PCC. São estas as diferenças para com o período de Mao Tsé-Tung, É com Deng Xiaoping que são criadas as quatro zonas económicas especiais em Shenzhen, Shantou, Zhuhai e Xiamen, se inicia a política do filho único e há a ordem para disparar durante a revolta na Praça da Paz Celestial. Xi Jinping é o primeiro líder no período pós-Deng que se destaca do dito.

A iniciativa Belt and Road, anunciada em 2013, pode ter o impacto de novos Planos Marshall. Abrangia sessenta e cinco países e, portanto, 62% da população mundial, 31% do PIB e 40% das superfícies emergentes. Entretanto, foi anunciada a extensão da mesma também à América Latina na reunião do primeiro Fórum de Cooperação Internacional para a Nova Rota da Seda em Pequim em Maio de 2017 com a presença dos chefes de Estado da Argentina e do Chile e nenhum europeu num total de vinte e oito chefes de Estado e de Governo. O ponto primordial, contudo, é unir a China à Europa⁷⁴ – por via do caminho-de-ferro que passa por Moscovo, do que passa por Ancara, das rotas marítimas que passam pelo Suez e das que passam pelos mares do norte da Rússia. E não surge isolada. O Laos pode, devido ao já existente excedente resultante do investimento chinês em barragens no rio Mekong, tornar-se num centro regional de exportação de electricidade para o resto do Sudeste Asiático. O regional, que será sempre a primeira base de pretensão para qualquer potência, continua a importar, mas não basta.

O Ocidente, agindo no bloco possível, não deve acomodar excessos chineses, mas deve respeitar o valor crucial da soberania, entendendo que se há um problema na Coreia do Norte, a UE pode *falar* sobre isso e se há um problema na Ucrânia, a China pode *falar* sobre isso. Afinal, esferas de influência são matérias de imperialismo. O resto é matéria de interacção dentro da ONU que a China não deve colocar em causa; mesmo as questões em torno da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, da qual os EUA, praticamente isolados, não são signatários, dizem respeito quanto à China a reinterpretarções e não a recusar. Se o ideológico pode ser utilizado

⁷⁴ Ou a Eurásia.

como o religioso em termos de combate – isto é, em aproximação que traz gratificação, pelo menos momentânea, de se estar no mesmo campo em medida de identidades –, deve também ser entendido que promover a democracia artificialmente não só não tem resultado, como agudiza a posição dos verdadeiros democratas. Este é um problema dos nossos valores – uma nova espécie de Paradoxo da Tolerância. Macau e Hong Kong, por sinal, por necessidade, são diferentes e permitem um pouco mais a possibilidade dessas experiências.

Na China, servindo o povo, existirá um temor da democracia e assim, por esse efeito, dá-se a transformação, por ora, do sistema numa espécie de «democracia fantasma» em que se sujeita o dito a um pequeno sistema contrapesos populares numa gestão política que se aproxima a espelhar as democracias representativas, com os líderes em campanha constante devido ao receio da possibilidade de eleições (Keane, 2017). Existem afinal, localmente, fóruns públicos, assembleias de vizinhos e experiências de orçamentos participativos. Nada sustenta tanto a ordem política como a confiança que o povo nela deposita e o Estado chinês compreende-o, o que não implica que o sistema não seja autoritário e não haja desrespeito pelos direitos humanos. Para saber a sua forma pode haver, por exemplo, cibervigilância – o que já é bem observável na região autónoma maioritariamente muçulmana de Xinjiang⁷⁵ ou no desenvolvimento do chamado Social Credit System. O controlo da internet não é feito por via de bloquear Wikipedia, Google, Facebook, YouTube, Twitter, etc. – pois este bloqueio (conhecido como Great Firewall of China) pode ser facilmente contornado por via de uma *virtual private network* –, mas sim por lei de que toda a actividade de *browsing* online é recolhida pelos fornecedores de serviços de internet e passada ao governo (Roberts, 2018). A governação na China, à medida que o tempo passa, pode ficar cada vez mais presa ao cumprimento das promessas de uma vida com maior abundância. O nacionalismo actual mais vincado parece ser, por via do partido único que o sustenta, em boa parte nacionalismo económico.

⁷⁵ Que significa «fronteira nova».

As transições de poder não têm de ser como na Guerra do Peloponeso. As transições de Macau e de Hong Kong, ao contrário da de Goa, por exemplo, não foram assim (seja porque Hong Kong era demasiado importante como estava ou porque existe a *reatração* de Taiwan por cumprir). Além do mais, a ascensão da China não é nada de novo para os países da região – onde se afirmará primeiro como potência continental. Há, efectivamente, mais um retorno na China do que uma ascensão que surpreende pela primeira vez. A questão da gestão da dita é extra-regional e o sistema multilateral deve ser utilizado com esse objectivo.

V – COMO ENTENDER MACAU E PORTUGAL NO SISTEMA INTERNACIONAL

3. MUNDO LUSÓFONO

O XIII Plano Quinquenal (2016-2020) indica que Macau deve servir como plataforma de cooperação entre a China e o mundo lusófono:

«We will support Macao in becoming a major destination for international leisure and tourism and a service platform for trade and cooperation between China and Portuguese-speaking countries, actively developing its industries in areas such as conventions and exhibitions, trade, and commerce, and promoting an appropriate level of diversity in its economy in order to achieve sustainable economic development»⁷⁶.

Muito importante para este objectivo é o Fórum Macau criado em 2003. O Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, iniciativa que faz parte do protocolo assinado por ocasião da criação do Fórum, decorre desde 2005. Sobre a língua, como já se viu, há muito trabalho a fazer, dados os reduzidos números. Xanana Gusmão, por exemplo, promoveu o português em língua e em lei após o fim da trágica ocupação da Indonésia. Mas o que importa para o futuro e presente é que Macau e Portugal têm uma dimensão histórico-cultural-linguística comum e isso traduz-se em potencial aprofundamento de relações cooperativas.

Macau foi estrategicamente convidado para ser observador associado da CPLP, mas as autoridades da RPC bloquearam o plano (Henders, 2001). Se a China gosta de negociar em seu território, Macau é o sítio certo para o fazer consigo quanto à lusofonia, além do equilíbrio de forças. Disto depende, porém, o eliminar de uma

⁷⁶ Central Committee of the Communist Party of China (2016). *The 13th Five-Year Plan for Economic and Social Development of the People's Republic of China*. Beijing: Central Compilation & Translation Press, p. 152.

mundivisão legítima que pode surgir das ex-colónias: não há necessidade de lembrar Portugal nas negociações que assim tomam a forma de uma espécie de tripartidismo. No mesmo sentido ainda de que se pode identificar a CPLP enquanto neocolonialista, tal como sucede entre algumas das elites políticas e intelectuais dos países lusófonos. Mas se a primeira vontade vem da China enquanto parte interessada, parte do assunto está resolvido – assume-se que Portugal tem valor a acrescentar. O resto tem de ser um esforço de coesão num sentido mais efectivo que o da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem conseguido solidificar. Historicamente foi quase sempre Portugal que procurou a China e não o contrário.

Pergunta-se na CPLP se a União Europeia permitirá que Portugal progrida para a livre-circulação no espaço lusófono. O regime de vistos, sendo realmente europeu, de Schengen, não diz respeito a autorização para residência, o que, portanto, se pode discutir quanto à CPLP. É neste tipo de concretizações que se demonstra, sem abstrações, para o que é que as instituições servem. Desde logo, Augusto Santos Silva já o referiu como possibilidade. Há já duas décadas que a CPLP idealiza a livre-circulação, mas mesmo estudantes, no âmbito de protocolos firmados, têm dificuldade em obter vistos de longa duração. São Tomé, visando promover o turismo, é uma excepção com isenção de vistos para todos os cidadãos da CPLP por quinze dias.

Se Portugal não é tremendamente bem-sucedido na promoção em conjunto com os países de língua portuguesa para além do que seria expectável numa relação com ex-colónias, podê-lo-á ser em Macau? Visto que de um lado está uma grande potência e não existem tensões de colonialismo, diria que sim. Fortalece inclusive, desde que gerido com talento, a posição de Portugal e fortalece seguramente a posição dos países lusófonos enquanto um conjunto que tem o seu âmago elogiado por exemplo nas manifestações de interesse de estatuto de observador da CPLP por países como a Índia, a Indonésia, Marrocos ou o estado de Malaca, mas pouco estimulado.

Num esforço de distanciamento: Angola formulou em 2017 um pedido de adesão à Commonwealth e declarou interesse de integrar a Organização Internacional

da Francofonia, Moçambique já pertence à Commonwealth e Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde pertencem à Organização Internacional da Francofonia. Estas duas organizações são até mais antigas que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – i.e. Moçambique já estava na Commonwealth quando esta primeira é criada. A maior diferença está na descontinuidade geográfica da organização lusófona, fruto da fórmula de expansão portuguesa. O que num mundo global, contudo, não deve ser mais uma fraqueza do que uma força.

Entre 2010 e 2013, metade das novas descobertas de hidrocarbonetos mundiais estavam em países lusófonos – dezanove mil milhões de barris no Brasil e quinze mil milhões em Moçambique (Eiras, 2013). Angola é, em dados de 2016, o segundo maior produtor de petróleo em África, apenas atrás da Nigéria. Esta área, a da segurança energética, havendo vontade política pode facilmente catapultar os países da CPLP para um novo patamar dentro do Sistema Internacional. Mas tem de haver benignidade nas acções. A admissão da Guiné Equatorial, que significa legitimação do regime no panorama internacional, já diz respeito a pragmatismo de recursos, mas num limite que toca o *descaracterizante*.

Há, entre os nove membros, uma ausência de uniformidade de visões sobre os temas a tratar. Muita entropia. No 3.º artigo dos Estatutos da CPLP podemos ler que um dos objectivos é:

«A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social»⁷⁷.

Isto, naturalmente, faz com que a postura seja pouco efectiva.

São Tomé impediu a acção conjunta dos países da CPLP com a China, dado o seu reconhecimento e relações estabelecidas com Taiwan a partir de 1997, embora, relevantemente, pudesse participar no Fórum Macau com o estatuto de observador.

⁷⁷ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2007). *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa, p. 1.

Desde 2016, contudo, que já não é assim⁷⁸; em 2017 foi mesmo reinaugurada a embaixada e acolhido o país no Fórum Macau. O Brasil, sobre África, tem preferido uma abordagem mais continental e bilateral do que no contexto da CPLP (Tavares e Bernardino, 2011). A sua participação é essencialmente protocolar em vez de efectiva (Mendes, 2013). O proteccionismo brasileiro também não ajuda. É, mais que tudo, uma questão de estatuto. Moçambique, identicamente, prefere uma identidade regional geográfica em vez de linguística logo desde o momento em que os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa ganham essa designação, em 1979, e organizam as suas cimeiras (MacQueen, 2003). Quanto à Guiné-Bissau, esta esteve, como é exemplo a guerra civil que decorreu entre 1998 e 1999, entre a francofonia e a lusofonia.

Parece assim haver riscos de pouca tendência para a multilateralização da cooperação (Escorrega, 2016) no contexto que a organização pretende. Seja como for, todos têm, inevitavelmente, a China como um grande parceiro comercial. Outro problema evidente é a falta de financiamento – tanto que o Secretariado Permanente para a Defesa, por exemplo, tem sede no Ministério da Defesa português. É difícil não ser acusado de condescendência, assim sendo. O Secretariado Executivo, em números de 2011, tinha um *staff* de somente vinte membros; a Organização Internacional da Francofonia, em comparação e em dados de 2008, teve um orçamento setenta vezes maior (Tavares e Bernardino, 2011). Os recursos, por natureza e tradição, revelam-se assumidamente escassos (Secretariado Executivo da CPLP, 2015).

Se o passado da Commonwealth foi de contínua desagregação (Bull, 1959), outros factores têm de estar do lado da CPLP para que o futuro da dita assim não seja. Afinal, é uma questão de identidade e esta é flexível. E se o bilateral tem sido regularmente o instrumento privilegiado, este tem de qualquer das formas de ser promovido. O Fórum de Cooperação China-África, do qual são membros os seis países africanos da CPLP, não tem qualquer especificidade além de ser sobre África como um

⁷⁸ De resto, agora apenas dezassete países mantêm relações diplomáticas com a República da China – Suazilândia, Vaticano, Kiribati, Ilhas Marshall, Nauru, Palau, Ilhas Salomão, Tuvalu, Haiti, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Belize, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Paraguai. Em 2016 eram vinte e dois.

todo. É especificando que se combate o intrincado e o Fórum Macau é uma opção para isso mesmo. A estes acresce fundamentalmente o Brasil que também tem interesses em África e de ascensão relativa no panorama internacional e necessita de ser cativado para a lusofonia enquanto grupo.

Segundo Lacerda Machado, a China parece recorrer à singularidade histórica de Macau para demonstrar aos países lusófonos que não devem temer a sua aproximação, pois com Portugal existiu uma ligação prolongada de respeito mútuo (Villalobos, 2017). Em 2006 tiveram lugar em Macau os primeiros Jogos da Lusofonia – Iniciativa de calendário incerto uma vez que decorreu em 2006, 2009 e 2014 e deveria ter ocorrido em 2017 mas tal não sucedeu nem existe data prevista, o que volta a demonstrar problemas dentro da CPLP. O Festival da Lusofonia decorre anualmente desde 1998 durante uma semana incluindo actividades culturais como gastronomia, artesanato, exposições e concertos. Em Julho de 2018 foi inaugurado pelo Instituto Cultural – que é macaense – o Festival de Artes e Cultura entre a China e os Países de Língua Portuguesa, que surge no âmbito do novo Centro de Intercâmbio Cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Na cerimónia de divulgação estiveram presentes membros do Instituto Cultural, dos Serviços de Turismo e dos Serviços de Correios e Telecomunicações, mas não há menção de nenhum representante de Portugal ou dos demais países lusófonos. Com um orçamento de quase três milhões de euros, planeia-se organizá-lo anualmente (LUSA, 2018). Depois de o Instituto Português do Oriente ter cessado a sua actividade cultural para se dedicar apenas ao ensino da língua portuguesa, isto são óptimas notícias. A ausência de representantes parece incompreensível.

Portugal não deve, lamentando que não possa ou consiga fazer mais, recear a aproximação dos países lusófonos ao gigante sónico. Se a óptica de inacção é empenhamento na manutenção do *statu quo* nas suas relações com os países de língua oficial portuguesa, julgando que assim não será eclipsado, deve abandonar essa postura. Não se deve proteger a entropia e o que Portugal oferece, a China não pode

oferecer e vice-versa. O valor de Portugal é precisamente a colocação nos mundos (e mercados) lusófono e europeu.

É preciso acção para que se possa falar verdadeiramente de uma geopolítica da língua portuguesa e a utilização de Macau pode ser uma acção por excelência. A valorização de um activo não pode ser ignorada pela parte que contém a substância dessa valorização.

V – COMO ENTENDER MACAU E PORTUGAL NO SISTEMA INTERNACIONAL

4. FÓRUM MACAU

No passado, as autoridades chinesas bloquearam o plano português de dar a Macau o estatuto de observador-associado na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e um lugar na União Latina, pois descartaram os argumentos de que tais organizações providenciariam laços mais fortes com o Brasil e a África lusófona, assim reforçando a multipolaridade enaltecendo o papel da CPLP no movimento de resistência de Timor e o envolvimento do Vaticano na União Latina (Henders, 2001). O estatuto na CPLP ainda não foi efectivado com Macau – Edmund Ho, o primeiro Chefe do Executivo (1999-2009) tentou-o, mas o interesse nacional chinês prevaleceu – e a União Latina suspendeu as suas actividades em 2012.

Porém, desde 2003 há por iniciativa chinesa o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, também conhecido como Fórum Macau por lá se ter estabelecido o Secretariado Permanente. Desde então e em dez anos, o volume bilateral entre ambos cresceu treze vezes; e talvez sem causa-efeito⁷⁹. Esta é a primeira tentativa, apenas quatro anos volvidos da integração de Macau na RPC, de se institucionalizar relações, principalmente económicas, com os países lusófonos. Organiza trienalmente uma conferência ministerial onde são aprovados planos de acção económica e comercial e anualmente uma reunião ordinária do Secretariado Permanente onde são negociados programas de actividade. Os planos aprovados nas distas conferências são previamente negociados em termos diplomáticos em Pequim entre os embaixadores lusófonos e o *staff* do Ministério do Comércio chinês (Mendes, 2014), o que revela a já existente dimensão política desta economia e comércio. Não tendo estatuto jurídico e tendo a

⁷⁹ A ausência de dados estatísticos não permitem a avaliação do papel facilitador do Fórum Macau em resultados concretos.

totalidade das despesas de funcionamento do Secretariado Permanente cobertas pela China, tem ainda como função facilitar contactos aos empresários, financiar encontros empresariais e organizar acções de formação a quadros dos países de língua portuguesa (Mendes, 2013). É composto por um secretário-geral eleito por Pequim, três secretários-gerais adjuntos (um nomeado por Pequim, outro por Macau e outro rotativo pelos países de língua portuguesa) e um delegado por cada país lusófono e os seus embaixadores na capital chinesa.

Primando pela curta consequência, a vontade mantém-se, tal como demonstram os Planos Quinquenais. Uma reinvenção que promova mais empenhamento dos restantes países lusófonos parece premente, pois no âmbito de um mero instrumento diplomático chinês, a participação principalmente portuguesa e brasileira será sempre feita com certa resistência. O então embaixador do Brasil em Pequim afirmou em 2013:

«A plataforma Macau só faz sentido como um valor adicional aos canais de cooperação que já existem, visto que o Brasil, já tem uma forte ligação com todas as nações envolvidas, e nas mais diversas áreas»⁸⁰.

Mas mesmo sem a dita, na conferência inaugural do dito fórum, José Luís Arnault, que era então Ministro-adjunto, afirmou:

«A iniciativa lançada pela China, no sentido de desenvolver a cooperação económica e comercial com os Países de Língua Portuguesa, reveste-se do maior interesse para Portugal, tendo sido objecto de contactos preliminares ao mais alto nível»⁸¹.

Em 2010, na conferência em que estiveram presentes o Primeiro-ministro chinês, o Presidente de Timor-Leste e os chefes de executivo de Portugal, Moçambique e Guiné-Bissau – numa ascensão de representatividade em relação às conferências

⁸⁰ Pimenta, João (2013). Fórum Macau deve servir países africanos e Timor-Leste, *Jornal Tribuna de Macau*, 7 Julho, p. 13.

⁸¹ Pereira, S. (2012). *Perspectiva Portuguesa do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa*. Mestrado. Universidade Nova de Lisboa, p. 4.

anteriores onde primava apenas a presença de ministros de pastas como a Economia e Negócios Estrangeiros –, José Sócrates afirmou:

«A 3.ª Conferência Ministerial do Fórum, a primeira com a participação de chefes de Estado e de Governo, constitui uma oportunidade extraordinária para promover o aumento do comércio e do investimento entre a China e o conjunto dos países de língua oficial portuguesa. Uma oportunidade que nenhum de nós pode desperdiçar. É essencial que desta 3.ª conferência resultem decisões e propostas concretas, que os nossos operadores económicos possam utilizar de forma ágil, produtiva e inclusiva»⁸².

Nesta conferência foi ainda reiterado, por pressão dos países lusófonos, que se deve intensificar a comunicação entre o secretariado e os chefes de missão dos países de língua portuguesa em Pequim como mecanismo privilegiado e recomendado que o secretariado permanente deve vir a ter um estatuto legal (Mendes, 2014). Tal ainda não foi cumprido.

O empresário macaense Stanley Ho tem, além da proeminência na indústria do jogo, ligações directas a Portugal por via da sociedade anónima que criou com Jorge Ferro Ribeiro – a Geocapital. Empresa de 2005 que parece responder às ambições do Fórum Macau, dada a sua participação em Portugal, Macau, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique. Dito isto, já desde 1987 trabalham em conjunto com o desenvolvimento de projectos como o Aeroporto Internacional de Macau, o porto de águas profundas de Ká-Ho e a segunda ponte Macau-Taipa. A Geocapital, fazendo uma ponte da singularidade histórica de Macau, é um caso isolado do que podem ser diversos outros. A competição é chave; as fortes ligações aos respectivos governos e maiores empresas são aqui evidentes.

Há um profundo desconhecimento nos Estados-membros sobre a existência do Fórum Macau e para esta contribui a falta de interacção entre os vários ministérios e

⁸² Portal do Governo da RAE de Macau (2010). *Dirigentes lusófonos elogiam Fórum de Macau.*

departamentos dos países de língua portuguesa (Mendes, 2013). Se há verdadeiras prioridades, há pouca coordenação e organização de esforços. Dado que a interligação lusófona ainda não é sólida, em parte pelo neoveiro de neocolonialismo e desinteresse brasileiro, poderá passar a sê-lo mais com um menor propósito prático – alguma vinculação ao financiamento chinês de projectos de desenvolvimento e a troca cultural com o país oriental –, firmando mais um local para se efectivar. O Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa foi anunciado na 3.ª Conferência Ministerial, estabelecido oficialmente em 2013 e tem um valor total de mil milhões de dólares. Em 2017 teve a sua sede transferida de Pequim para Macau. O seu administrador é o Fundo de Desenvolvimento China-África, o que não implica que já não tenha participado em projectos no Brasil. Em construção encontra-se o Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

O Fórum Macau adquire significado para a China no sentido de ser constituído por Estados em que prima a «inexistência de fundamentais divergências e contenciosos estratégicos entre si»⁸³, sendo «forças construtivas da democratização das relações internacionais e do multilateralismo»⁸⁴. Tal deve ser preservado. Só as prioridades têm sido diferentes. Com mais ou menos sucesso de interacção conjunta dos países lusófonos, é uma plataforma única para desenvolvimento de *networks* que permitem negócios e aproximam os povos. Representa para a China uma plataforma privilegiada de cooperação, permitindo canalizar o potencial de uma comunidade lusófona superior a duzentos e trinta milhões de pessoas. Portugal mantém a sua participação no Fórum ao nível da delegada da AICEP em Macau.

O Brasil expressou inicialmente antagonismo quanto à criação do Fórum Macau e continua sem ser um parceiro activo, pois o espaço da África lusófona é um de

⁸³ Wan, Y. (2009). *Relações entre a China e os Países de Língua Portuguesa no contexto da Globalização Económica* in Wei Dan (coord.) *Os Países de Língua Portuguesa e a China num Mundo Globalizado*. Coimbra: Edições Almedina, p. 30.

⁸⁴ *Ibid.*

interesse estratégico no qual, assim, a China é vista como competidora e não parceira (Mendes, 2013). O desconforto de Portugal, liderando a CPLP, ver a China a liderar um fórum de cooperação com a lusofonia deve ser relativizado e pode ser minorizado ao, numa reinvenção do Fórum Macau, se negociar um papel mais relevante para Portugal no seu Secretariado Permanente. Idem para o Brasil. Para tal talvez seja necessário aproximar mais o mecanismo de uma organização internacional, com as conotações políticas que daí advêm, mesmo já sendo mais do que apenas um fórum que se reúne de três em três anos dada a existência do Secretariado Permanente. A participação de São Tomé e Príncipe já não constitui um problema e a posição de Macau enquanto entidade com mais ou menos papel formal no que acaba por constituir a sua política externa é gerível. Entre os Estados-membros há diferentes visões do Fórum como uma instituição política ou somente como um instrumento económico e comercial. Tal deve ser clarificado.

V – COMO ENTENDER MACAU E PORTUGAL NO SISTEMA INTERNACIONAL

5. VALOR ESTRATÉGICO DE MACAU

As potencialidades são a língua e, por via desta e do resto que são valores, ideias, normas, cultura e história, a ligação da China a Portugal e a interligação entre a China e o mundo lusófono. O contexto é o de uma transição de administração bem-sucedida e o do planeamento da manutenção de uma matriz portuguesa na RAEM pela administração. Embora a expansão de influência diplomática englobe a expansão de interesses de negócio, Portugal deu um passo que ainda parece curto. O Fórum Macau depende mesmo do Ministério do Comércio chinês e não do dos Negócios Estrangeiros⁸⁵. No caso de Angola, Brasil e Moçambique é tratado pelos funcionários do departamento asiático do MNE, no de Portugal, Timor-Leste e Guiné-Bissau pelo Ministério da Economia e em Cabo Verde pela agência de promoção de investimentos (Mendes, 2014).

Enquanto centro de lazer e turismo, Macau dever-se-á manter mais próximo de uma democracia do que o continente. Isto é interessante para contra-argumentar a posição de que alguma aproximação estratégica à China, assumindo que não é inevitável, pode ser um absurdo, pois não partilha dos valores liberais europeus. A posição europeia é delicada e se o transatlanticismo perde espaço que melhor plataforma de diálogo do que as RAE?

Hong Kong e Macau também têm de ser entendidos na lógica de que a reunificação da China tem como fim último o retorno de Taiwan. Aqui, caso a República Popular da China se esforce para que todos os países retirem o reconhecimento diplomático à República da China, esta pode perder por completo o apego interno de pertença à nação chinesa que já é débil também porque

⁸⁵ Tal como aconteceu com o Fórum de Cooperação China-África que entretanto pertence ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

mesmo anteriormente ao problema da viagem de Chiang Kai-shek e protecção pela Marinha estado-unidense, Taiwan foi japonês entre 1895 e 1945, na altura dos cem anos de fragilidade em que também o Tibete foi independente⁸⁶. Assim se compreende que exista espaço de manobra nas águas das RAE – um excepcionalismo actual e futuro. Taiwan é, muito próxima do continente, uma alternativa democrática ao Estado chinês. Com o objectivo de aproximação, a China aprovou em Fevereiro de 2018 as «Trinta e Uma Medidas» para facilitar o acesso de empresas, estudantes e profissionais às instituições e mercados sínicos.

A dependência dos jogadores e dos turistas chineses aumenta a vulnerabilidade e reduz a capacidade de negociação de Macau para com o governo central (Yin et al., 2018). Não se podendo dar ao luxo de resistir, isto podia significar, a longo-prazo, a perda das características que lhe importam enquanto relevante para este trabalho. Não é assim porque a excepcionalidade é, como já vimos, um plano precisamente do governo central.

Comercialmente, Macau e Hong Kong podem ser percebidos como mercados porta de entrada para a China – mercados semelhantes àquele onde se pretende entrar, mas com menor risco –, mas são mais do que isso. Hong Kong é ainda uma plataforma de *network* importantíssima para os negócios com a China, com todos os seus serviços. O valor de Macau, ao contrário do de Hong Kong, não são os interesses económicos há já muito estabelecidos, mas sim a cultura preservada primeiro por Portugal e agora pela China – características únicas dentro dum sistema que já é excepcionalista. Macau é estrategicamente significativa por estar no mar do Sul da China e é estrategicamente significativa quanto à língua e à história. Macau é uma sociedade de imigrantes e Portugal, em parte, uma de emigrantes. A proposta é que seja feito de Macau – aberto e cosmopolita por estratégia que observa as suas características – um ponto de encontro cultural e de negócios entre o mundo lusófono e a China.

⁸⁶ De 1912 a 1951.

A China por mais que ascenda não se transforma, por génese, num poder marítimo e o grande poder marítimo é os EUA. Sendo Macau um porto singelo, Portugal⁸⁷ uma nação ocidental idiossincrática no cosmopolitismo e a lusofonia um grupo composto por potências em ascensão, parece possível e vantajoso trazer mais diversidade à política externa portuguesa por via de contactos da lusofonia com a China.

Em *soft power*, Macau é cidade património mundial da UNESCO desde 2005. O intercâmbio cultural foi essencial para esta avaliação:

«Dramatic mixing of eastern and western buildings in this jewel»⁸⁸.

Portugal tem na língua uma força. Tanto que Joseph Nye, que cunhou o termo supramencionado, argumenta que:

«Portugal deve usar o soft power da sua língua e cultura para desenvolver relações com o Brasil e com os países africanos de língua oficial portuguesa. O Brasil teve um progresso económico e político impressionante nas últimas décadas, e Portugal deverá beneficiar das ligações históricas e linguísticas»⁸⁹.

O legado português, celebrado, deve ser explorado como plataforma para a ligação da China aos países lusófonos. Diferente das outras regiões, é o local onde se deve promover a imagem internacional de diálogo da China e oferecer serviços ligados à lusofonia e às suas potências em ascensão. Existem equilíbrios que têm de ser respeitados, contudo, e exemplo disso pode ser a Base das Lajes. A Aliança Atlântica é a segunda prioridade do Conceito Estratégica de Defesa Nacional, como não podia deixar de ser para um país da Europa Ocidental, só atrás da União Europeia. Mas antes de eu poder, mesmo que somente por retórica, fazer uma sugestão tão arrojada quanto essa, já o actual chefe de Governo português – de longe do partido mais

⁸⁷ Ou pelo menos Lisboa.

⁸⁸ UNESCO (2005). World Heritage List: Historic Centre of Macao.

⁸⁹ Diário Económico, Entrevista a Joseph Nye, 18 de Março de 2012.

européista do nosso espectro – se antecipou precisamente durante uma visita a Macau em 2016. Isto é, sugeriu que a China, que é a grande rival dos EUA do século XXI, poderia vir a fazer uso da base açoriana, pese embora somente para investigação científica.

Na Sala da Lareira, em São Bento, onde o Primeiro-Ministro geralmente fala à imprensa e recebe os chefes de Estado estrangeiros, por cima da lareira estava até Outubro de 2017 e desde 1989 um quadro de 1936 intitulado «Porto Interior de Macau». O único propósito que os símbolos e a imaginação promovem é a saudade.

VI – CONCLUSÃO

Macau demorou a ser uma colónia portuguesa como se comprova pela prevalência do imposto dualístico, pelos sistemas legais e sociais mistos e pelo pagamento do foro do chão. Em 1967 já se renunciava ao direito de ocupação perpétua que tinha sido obtido oitenta anos antes. Assim tornou-se excepcional, tal como hoje está inserida numa região administrativa especial que durará, pelo menos com estes termos, até 2049. Essa excepcionalidade agrada à China quanto à lusofonia e deve agradar a Portugal. Macau nasce de um mútuo interesse mercantil entre portugueses e chineses de certa forma à margem da lei; hoje existe um fórum para cooperação económica e comercial que não é apenas isso (havendo diferentes visões entre os Estados-membros) e que por ora não tem estatuto jurídico. Mesmo o jogo – mais proeminente característica da RAEM na actualidade – é legalizado em meados do século XIX quando é necessário, reinventando Macau, fazer face a um novo desequilíbrio com a ascensão de Hong Kong. O desequilíbrio hoje é a ascensão da China. As potencialidades comparativas de Macau são a sua dimensão histórico-cultural-linguística activamente mantida e a sua excepcionalidade administrativa resultado de uma transição edificativa. O valor de Portugal é a sua colocação no mundo lusófono e no mundo europeu.

O estabelecimento de regiões administrativas especiais no âmbito do princípio constitucional «Um País, Dois Sistemas» contempla a permanência da língua do ex-colonizador enquanto oficial. Porém, o português – que significa além de um meio comunicativo também um acto cultural – não é praticado além do jurídico, sendo falado por pouco mais de 2% da população. Tal questão, fulcral para a definição da diversa lusofonia, deve ser, para aproximação dos povos, rectificada. Se Hong Kong responde automaticamente aos seus interesses económicos preservados, Macau precisa da influência cultural, que foi e é igualmente preservada, estimulada. A elite local, em parte traduzida nesta identidade que o Estado chinês identifica como uma mais-valia, parece independente mas sem ebulição de democratização – harmonia (cara ao confucionismo) que se preservará para usufruto da região enquanto

plataforma de interesses como destino internacional de lazer e superfície de comércio e cooperação entre a China e os países de língua portuguesa e possibilidade de reunificação com Taiwan. Na óptica do baluarte de legitimação chinês que é o desenvolvimento económico, a reivindicação existente tem sido a favor de uma menos desigual distribuição do abundante dinheiro ou de uma melhor utilização do dito.

As prioridades estratégicas portuguesas, também por terem pouco mais de quarenta anos, parecem passíveis de discussão. Os laços possíveis da RAEM com a UE, com planos parcos, unilaterais (quando a União consegue agir num todo) e sem especificidade para Portugal, não se concretizaram. O princípio de não-ingerência da China agrada aos Estados não-ocidentais e existem planos de estender rotas comerciais – e por extensão a influência diplomática – por quase todos os continentes e oceanos. A existência do Fórum Macau é a abertura da China à possibilidade de aproximação da RAEM às prioridades estratégicas lusas e deve ser ponderada pela cobertura total das despesas de funcionamento do seu Secretariado Permanente pela RPC (que se traduz em liderança mais isolada) e pelo distanciamento do Brasil. A possibilidade é que seja feito de Macau um bem-sucedido ponto de encontro cultural e de negócios entre o mundo lusófono e a China.

BIBLIOGRAFIA

- Baker, R. (1992). *Public administration in small and island states*. West Hartford, Conn.: Kumarian Press.
- Beja, H. (2010). Português ao Pontapé. *Ponto Final*.
- Bernardino, L. (2011). A Segurança Marítima no Seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia. *Nação e Defesa*, 128, pp.41-65.
- Blussé, L. (1988). Brief Encounter at Macao. *Modern Asian Studies*, 22(03), pp.647-664.
- Brito, A. e Villalobos, L. (2018). Com 17 acordos, Portugal e China dão “passos concretos na relação”. *Público*.
- Bull, H. (1959). *What is the Commonwealth? World Politics*, 11, pp.577-587.
- Cabral, J. e Lourenço, N. (1993). *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Cardoso, J. (2012). *Uma ponte entre as indústrias criativas no Norte de Portugal e na região de Macau – China*. Mestrado. Universidade Católica Portuguesa.
- Central Committee of the Communist Party of China (2016). *The 13th Five-Year Plan for Economic and Social Development of the People's Republic of China*. Beijing: Central Compilation & Translation Press.
- Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (1968). *Studia, Issue 23. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos*.
- Chen, G. e Li, J. (2015). Virtual water assessment for Macao, China: highlighting the role of external trade. *Journal of Cleaner Production*, 93, pp.308-317.
- Chu, C. (2015). Spectacular Macau: Visioning futures for a World Heritage City. *Geoforum*, 65, pp.440-450.
- Comissão Europeia (1998). *Desenvolvimento de uma parceria global com a China*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias

Comissão Europeia (2006). *A União Europeia, Hong Kong e Macau: possibilidades de cooperação em 2007-2013*. Bruxelas.

Comissão Europeia (2011). Joint report to the European parliament and the council – annual report macao 2010. Brussels: European Commission

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2007). *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2015). *Cooperação na CPLP: uma Visão Estratégica no Pós-2015*, Maio de 2015, Lisboa.

Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013. (2013). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Cooper Ramo, J. (2004). *The Beijing Consensus*. London: The Foreign Policy Centre.

Costa, F. (2005). *Fronteiras da identidade*. Lisboa: Fim de Século.

Country Watch (2013). Appendix Macau. *China Review*.

Dutton, G. (2017). *Journeys*. University of California Press.

Eadington, W. e Siu, R. (2007). Between Law and Custom—Examining the Interaction between Legislative Change and the Evolution of Macao's Casino Industry. *International Gambling Studies*, 7(1), pp.1-28.

Edmonds, R. (1993). Macau and Greater China. *The China Quarterly*, 136, pp.878-906.

Eiras, R. (2013). Segurança Energética na CPLP: um Imperativo Estratégico. *Nação e Defesa*, 136, pp.234-252.

Emerson, T. The Unimperial Empire. *Newsweek (Pacific Edition)*, 134(24).

Escorrega, L.F. (2016). A Cimeira de Díli e a Nova Visão Estratégica da CPLP: contributos do sector da Defesa. *Centro de Análise Estratégica*.

Ganhão, A. (2004). Portugal e os sistemas jurídico e judiciário de Macau. *Janus*.

Gao, C. (2018). China's Anti-Graft Campaign: 527,000 People Punished in 2017. *The Diplomat*.

- Godinho, J. (2013). A History of Games of Chance in Macau: Part 2 — The Foundation of the Macau Gaming Industry. *SSRN Electronic Journal*.
- Gonçalves, A. (2007). Macau nas relações entre a China e Portugal. *Janus*.
- Gonçalves, A. (2010). Trinta anos de política externa portuguesa para a China. *Janus Anuário de Relações Exteriores*, pp.48-49.
- Goodman, B. e Goodman, D. (2012). *Twentieth century colonialism and China*. Milton Park, Abingdon: Routledge.
- Henders, S. (2001). So What If It's Not a Gamble?: Post-Westphalian Politics in Macau. *Pacific Affairs*, 74(3), p.342.
- Jiang, B. (2016). *Os Descobrimentos portugueses e a China: Estudo das relações culturais*. Mestrado. Universidade de Aveiro.
- Keane, J. (2017). *When Trees Fall, Monkeys Scatter*. Singapore: World Scientific Publishing Company.
- Lam, W. (2010). Promoting Hybridity: The Politics of the New Macau Identity. *The China Quarterly*, 203, pp.656-674.
- Leandro, S. (2017). Desafios à Unidade Geopolítica da Lusofonia. *IDN Brief*.
- Lo, S., 2013. Reinterpreting Macao's Society, Politics and Economy, vol. 64. *The*
- Lourenço, E. (2017). Nós, a oriente do Oriente. *Jornal de Letras*.
- LUSA (2018). Festival de Artes em Macau estreia centro de intercâmbio cultural sino-lusófono. Público.
- Ma, S. (2015). *Um olhar português sobre a China: As relações luso-chinesas nas obras de alguns autores portugueses*. Mestrado. Universidade de Aveiro.
- MacQueen, N. (2003). A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guiné-Bissau. *International Peacekeeping*, 10, pp.2-26.
- Mendes, C. (2013). A Relevância do Fórum Macau: O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. *Nação e Defesa*, 134(5), pp.279-296.

- Mendes, C. (2013). *Portugal, China and the Macau Negotiations, 1986-1999 (Royal Asiatic Society Hong Kong Studies Series)*. Hong Kong University Press, HKU.
- Mendes, C. (2014). Macau in China's relations with the lusophone world. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 57(spe), pp.225-242.
- Moseley, G. (1959). New China and Old Macao. *Pacific Affairs*, 32(3), pp.268-276
- Murteira, M. (1999). Macau: O Fim duma Época Portuguesa. Lisboa: Economia Global e Gestão.
- Neves, M. (1998). Portugal, a China e a “Questão de Macau”. *The China Quarterly*, 156, pp.1047-1049.
- Newsletter*. International Institute for Asian Studies, pp. 34–35.
- Oliveira, C. R. (2010). La actividad empresarial china en Portugal: ¿Estrategias étnicas tradicionales? *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, 92, pp.223-242.
- Oliveira, F., D'Intino, R. e Saldanha, A. (2005). *Portugal encontra a China: Testemunhos de uma Convivência*. Macau: Fundação Oriente.
- Pacheco, N. (2018). *Língua portuguesa, do lirismo ao desastre*. Público.
- Pareja-Alcaraz, P. (2017). Chinese investments in Southern Europe's energy sectors: Similarities and divergences in China's strategies in Greece, Italy, Portugal and Spain. *Energy Policy*, 101, pp.700-710.
- Pereira, O. (2014). *A Teledifusão de Macau e a Herança Portuguesa: Análise da Grelha de Programação*. Mestrado. Universidade de Coimbra.
- Pereira, S. (2012). *Perspectiva Portuguesa do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa*. Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.
- Pimenta, João (2013). Fórum Macau deve servir países africanos e Timor-Leste, *Jornal Tribuna de Macau*, 7 Julho, p. 13.
- Pires, B. V. (1967). O foro do chão de Macau. *Boletim do Instituto Luís de Camões*, 1(4), pp. 319-334

Portal do Governo da RAE de Macau (2010). *Dirigentes lusófonos elogiam Fórum de Macau*.

Queiroz de Andrade, D. (2017). Portugal não joga em Macau. *Público*.

Raimundo, D. (2016). *As Relações entre Portugal e China e o seu reflexo na aprendizagem da Língua Portuguesa em Macau, desde 1974*. Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

Ramos, J. (1990). Relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau. *Nação e Defesa*, 53, pp. 156-170.

Ramos, J. (2016). *Em torno da China*. Caleidoscópio.

Reis, B. (2017). Há 30 anos, Portugal surpreendeu a China nas negociações de Macau. *Público*.

Roberts, M. (2018). *Censored: Distraction and Diversion Inside China's Great Firewall*. Princeton University Press.

Romana, H. (2000). A estratégia de Portugal para Macau. *Janus*.

San, P. (2016). Civil service training in the Macau Government. In Podger A. & Wanna J. (Eds.), *Sharpening the Sword of State: Building executive capacities in the public services of the Asia-Pacific* (pp. 141-150). Australia: ANU Press.

Schmitt, C. (2007). *O Conceito do Político*. Lisboa: Edições 70.

Sheng, L. (2016). The transformation of island city politics: The case of Macau. *Island Studies Journal*, 11(2), pp. 521-536.

Sheng, L. (2017). Explaining urban economic governance: The City of Macao. *Cities*, 61, pp.96-108.

Sheng, L. e Tsui, Y. (2009). Casino boom and local politics: The city of Macao. *Cities*, 26(2), pp.67-73.

Solomon, R. (1985). *Chinese political negotiating behavior*. Santa Monica, CA: RAND.

Stark, R. e Wang, X. (2015). *A Star in the East*. West Conshohocken: Templeton Press.

Tang, U. e Sheng, N. (2009). Macao. *Cities*, 26(4), pp.220-231.

- Tavares, R. (2018). Visto de Macau: a democracia sob fogo cruzado. Público.
- Tavares, R. e Bernardino, L. (2011). Speaking the language of security: the Commonwealth, the Francophonie and the CPLP in conflict management in Africa. *Conflict, Security & Development*, 11, pp.607-636.
- Teixeira Fernandes, J. (2018). A defesa europeia entre a NATO, a neutralidade e o federalismo. *Público*.
- The Economist (2018). How the West got China wrong.
- The Guardian (2014). Umbrella ban in rainy Macau as China's president Xi Jinping arrives for visit.
- Tse, K. (2001). Society and citizenship education in transition: the case of Macau. *International Journal of Educational Development*, 21(4), pp.305-314.
- UNESCO (2005). World Heritage List: Historic Centre of Macao.
- Villalobos, L. (2017). O que diz Lacerda Machado sobre amizade com António Costa, a China e a TAP. *Público*.
- Wan, Y. (2009). *Relações entre a China e os Países de Língua Portuguesa no contexto da Globalização Económica* in Wei Dan (coord.) Os Países de Língua Portuguesa e a China num Mundo Globalizado. Coimbra: Edições Almedina, 29-35.
- World Travel & Tourism Council (2018). Travel & Tourism Economic Impact 2018.
- Xi, J. (2017). *Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era*.
- Xi, J. (2018). Uma amizade que transcende o tempo e o espaço, uma parceria voltada para o futuro. *Diário de Notícias*.
- Yang, R. (2016). *O desenvolvimento das Associações Sociais – Passado, Agora e Futuro*.
- Yee, H. e Lo, S. (1991). Macau in Transition: The Politics of Decolonization. *Asian Survey*, 31(10), pp.905-919.

Yin, H., Du, Z. e Zhang, L. (2018). Assessing the gains and vulnerability of free trade: A counterfactual analysis of Macau. *Economic Modelling*, 70, pp.147-158.

Zenz, A. China's Domestic Security Spending: an Analysis Of Available Data. *China Brief*, 18(4), pp. 5-11.